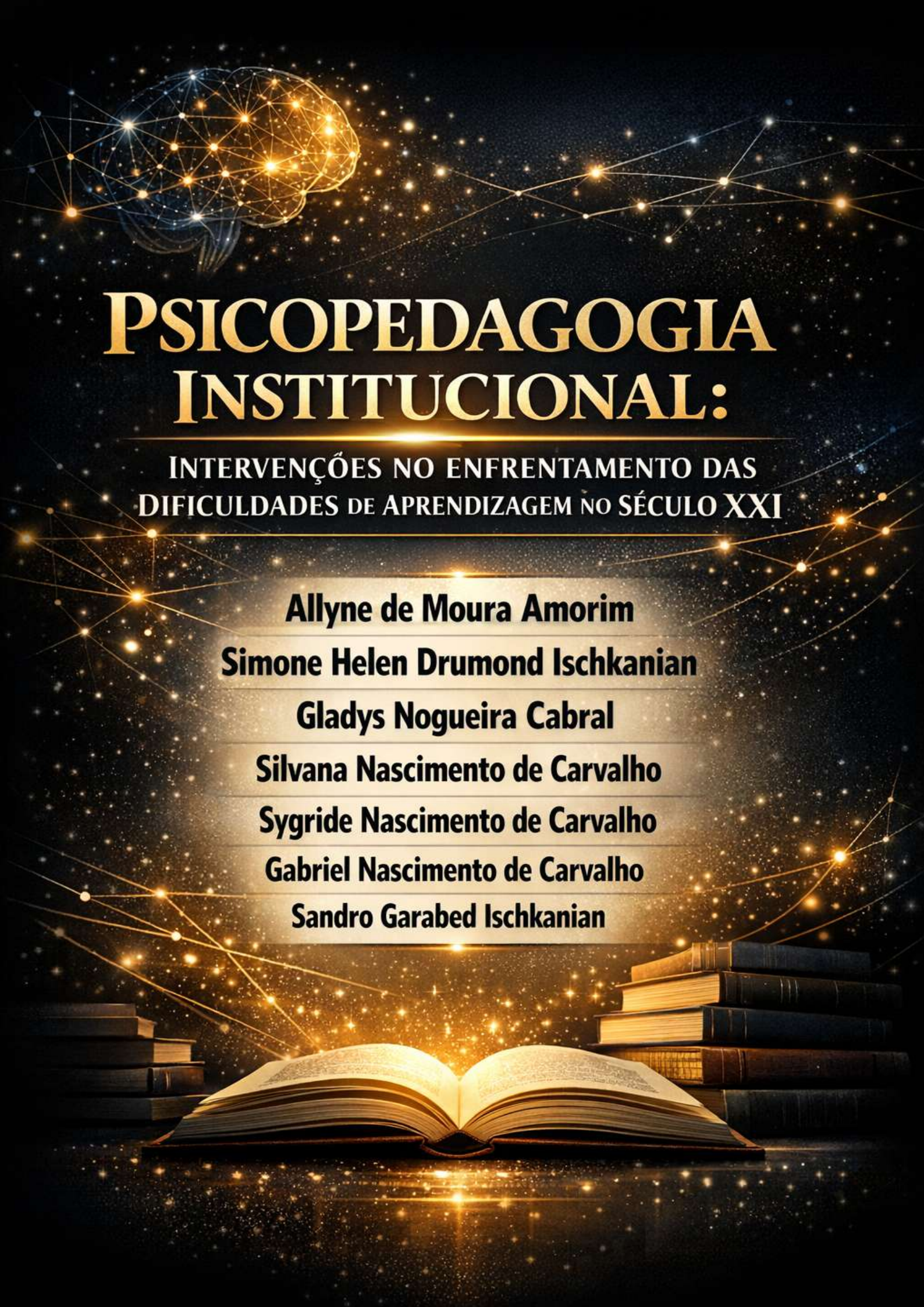


PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL:

INTERVENÇÕES NO ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO SÉCULO XXI

Allyne de Moura Amorim

Simone Helen Drumond Ischkanian

Gladys Nogueira Cabral

Silvana Nascimento de Carvalho

Sygride Nascimento de Carvalho

Gabriel Nascimento de Carvalho

Sandro Garabed Ischkanian

PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL: INTERVENÇÕES NO ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO SÉCULO XXI.

Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

O presente trabalho aborda a relevância da psicopedagogia institucional no contexto educacional contemporâneo, destacando suas contribuições para o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem no século XXI. Analisa-se a atuação do psicopedagogo no espaço institucional, enfatizando seu papel na mediação entre alunos, professores e família, bem como na identificação e intervenção nos processos que interferem no desenvolvimento da aprendizagem. Considera-se que as dificuldades de aprendizagem são multifatoriais, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e pedagógicos, o que exige uma abordagem integrada e contextualizada. São discutidos os transtornos específicos de aprendizagem, como dislexia, discalculia e transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, além de fatores emocionais, como ansiedade, desmotivação e baixa autoestima, que impactam significativamente o desempenho escolar. O estudo também contempla a influência das transformações tecnológicas e da sobrecarga de informações na aprendizagem, evidenciando desafios relacionados à atenção, concentração e construção do conhecimento significativo. Nesse sentido, destaca-se a importância de práticas psicopedagógicas institucionais que promovam intervenções coletivas, preventivas e inclusivas, voltadas para a reorganização do processo educativo e para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem. Aborda-se, ainda, a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação, a fim de que estejam preparados para lidar com a diversidade de demandas presentes no ambiente escolar. As intervenções psicopedagógicas são apresentadas como estratégias que envolvem diagnóstico institucional, planejamento de ações pedagógicas, acompanhamento dos processos de aprendizagem e avaliação contínua dos resultados, visando à superação das dificuldades identificadas. Ressalta-se que a psicopedagogia institucional não se limita à atuação individual com o aluno, mas se estende à análise das práticas pedagógicas, das relações interpessoais e das condições estruturais da instituição, promovendo mudanças significativas no contexto educativo. Por fim, evidencia-se que a atuação psicopedagógica contribui para a construção de uma educação mais inclusiva, equitativa e significativa, capaz de atender às demandas do século XXI e favorecer o desenvolvimento integral dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Palavras-chave: Psicopedagogia institucional; dificuldades de aprendizagem; intervenção educacional.

INSTITUTIONAL PSYCHOPEDAGOGY: INTERVENTIONS IN ADDRESSING LEARNING DIFFICULTIES IN THE 21ST CENTURY.

Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

The present study addresses the relevance of institutional psychopedagogy in the contemporary educational context, highlighting its contributions to addressing learning difficulties in the 21st century. The role of the psychopedagogue within institutional settings is analyzed, emphasizing their function as a mediator among students, teachers, and families, as well as their involvement in identifying and intervening in processes that interfere with learning development. Learning difficulties are considered multifactorial, involving cognitive, emotional, social, and pedagogical aspects, which requires an integrated and contextualized approach. Specific learning disorders such as dyslexia, dyscalculia, and attention deficit hyperactivity disorder are discussed, along with emotional factors such as anxiety, lack of motivation, and low self-esteem, all of which significantly impact academic performance. The study also examines the influence of technological transformations and information overload on learning, highlighting challenges related to attention, concentration, and the construction of meaningful knowledge. In this perspective, the importance of institutional psychopedagogical practices that promote collective, preventive, and inclusive interventions is emphasized, aiming at the reorganization of the educational process and the improvement of teaching and learning conditions. The need for continuous professional development for educators is also addressed, ensuring they are prepared to deal with the diversity of demands present in the school environment. Psychopedagogical interventions are presented as strategies involving institutional diagnosis, planning of pedagogical actions, monitoring of learning processes, and continuous evaluation of outcomes, with the goal of overcoming identified difficulties. It is emphasized that institutional psychopedagogy is not limited to individual work with students but extends to the analysis of pedagogical practices, interpersonal relationships, and the structural conditions of the institution, promoting meaningful changes in the educational context. Finally, it is highlighted that psychopedagogical practice contributes to the construction of a more inclusive, equitable, and meaningful education, capable of meeting the demands of the 21st century and fostering the integral development of individuals involved in the educational process.

Keywords: Institutional psychopedagogy; learning difficulties; educational intervention.

PSICOPEDAGOGÍA INSTITUCIONAL: INTERVENCIONES EN EL AFRONTAMIENTO DE LAS DIFICULTADES DE APRENDIZAJE EN EL SIGLO XXI.

Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

El presente trabajo aborda la relevancia de la psicopedagogía institucional en el contexto educativo contemporáneo, destacando sus contribuciones para enfrentar las dificultades de aprendizaje en el siglo XXI. Se analiza la actuación del psicopedagogo en el ámbito institucional, enfatizando su papel en la mediación entre estudiantes, docentes y familia, así como en la identificación e intervención en los procesos que interfieren en el desarrollo del aprendizaje. Se considera que las dificultades de aprendizaje son multifactoriales, ya que involucran aspectos cognitivos, emocionales, sociales y pedagógicos, lo que exige un enfoque integrado y contextualizado. Se discuten los trastornos específicos del aprendizaje, como la dislexia, la discalculia y el trastorno por déficit de atención con hiperactividad, además de factores emocionales como la ansiedad, la desmotivación y la baja autoestima, los cuales impactan significativamente en el rendimiento escolar. El estudio también contempla la influencia de las transformaciones tecnológicas y la sobrecarga de información en el aprendizaje, evidenciando desafíos relacionados con la atención, la concentración y la construcción del conocimiento significativo. En este sentido, se destaca la importancia de prácticas psicopedagógicas institucionales que promuevan intervenciones colectivas, preventivas e inclusivas, orientadas a la reorganización del proceso educativo y a la mejora de las condiciones de enseñanza y aprendizaje. Asimismo, se aborda la necesidad de la formación continua de los profesionales de la educación, con el fin de que estén preparados para atender la diversidad de demandas presentes en el entorno escolar. Las intervenciones psicopedagógicas se presentan como estrategias que implican el diagnóstico institucional, la planificación de acciones pedagógicas, el seguimiento de los procesos de aprendizaje y la evaluación continua de los resultados, con el objetivo de superar las dificultades identificadas. Se resalta que la psicopedagogía institucional no se limita a la atención individual del estudiante, sino que se extiende al análisis de las prácticas pedagógicas, las relaciones interpersonales y las condiciones estructurales de la institución, promoviendo cambios significativos en el contexto educativo. Finalmente, se evidencia que la actuación psicopedagógica contribuye a la construcción de una educación más inclusiva, equitativa y significativa, capaz de responder a las demandas del siglo XXI y favorecer el desarrollo integral de los sujetos involucrados en el proceso educativo.

Palabras clave: Psicopedagogía institucional; dificultades de aprendizaje; intervención educativa.

Homenagem à Professora Dra. Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa

Celebrar a trajetória da Professora Dra. Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa é reconhecer não apenas uma carreira acadêmica sólida, mas a construção de uma verdadeira referência no campo educacional contemporâneo. Sua atuação, marcada pelo rigor científico, pela sensibilidade pedagógica e pela constante busca por inovação, a consolida como uma figura de destaque e inspiração para pesquisadores, docentes e estudantes.

Ao longo de sua caminhada, tem se afirmado como referência nas discussões que envolvem educação, tecnologias digitais e ensino de Ciências e Matemática. Sua produção intelectual evidencia um olhar atento às transformações do século XXI, especialmente no que se refere à inserção da inteligência artificial, à educação 4.0 e às práticas pedagógicas inovadoras. Tal posicionamento não apenas acompanha as mudanças do cenário educacional, mas contribui ativamente para sua construção e ressignificação.

Seu trabalho transcende a dimensão teórica, alcançando impactos concretos na prática educativa. Ao investigar e propor novas abordagens para o ensino, especialmente no uso de tecnologias e metodologias ativas, a professora fortalece caminhos que tornam a aprendizagem mais significativa, inclusiva e alinhada às demandas contemporâneas. Sua produção científica, amplamente reconhecida, reafirma seu papel como referência para aqueles que buscam compreender e transformar a educação.

A pluralidade de suas pesquisas demonstra uma intelectual comprometida com a complexidade do campo educacional, articulando temas como inclusão digital, inovação pedagógica, sustentabilidade e desenvolvimento humano. Essa amplitude revela não apenas domínio teórico, mas uma postura investigativa que inspira novos olhares e práticas no cenário acadêmico.

Mais do que uma trajetória marcada por títulos e publicações, sua história se constrói como um legado de transformação. Sua atuação como docente, pesquisadora e formadora de novos profissionais fortalece a construção de uma educação crítica, reflexiva e socialmente comprometida. Sua presença no meio acadêmico representa segurança teórica, inovação prática e inspiração constante.

Reconhecer a Professora Dra. Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa é reconhecer uma referência viva da educação, cuja trajetória ilumina caminhos e impulsiona avanços. Sua contribuição permanece como base sólida para o desenvolvimento de práticas educacionais mais humanas, inclusivas e transformadoras, reafirmando o papel da educação como instrumento de mudança social.

Homenaje a la Profesora Dra. Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa

Celebrar la trayectoria de la Profesora Dra. Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa implica reconocer no solo una carrera académica sólida, sino también la construcción de una verdadera referencia en el campo educativo contemporáneo. Su actuación, marcada por el rigor científico, la sensibilidad pedagógica y la constante búsqueda de innovación, la consolida como una figura destacada e inspiradora para investigadores, docentes y estudiantes.

A lo largo de su recorrido, se ha afirmado como referente en los debates que involucran la educación, las tecnologías digitales y la enseñanza de las Ciencias y las Matemáticas. Su producción intelectual revela una mirada atenta a las transformaciones del siglo XXI, especialmente en lo que respecta a la incorporación de la inteligencia artificial, la educación 4.0 y las prácticas pedagógicas innovadoras. Este posicionamiento no solo acompaña los cambios del escenario educativo, sino que contribuye activamente a su construcción y resignificación.

Su trabajo trasciende la dimensión teórica y alcanza impactos concretos en la práctica educativa. Al investigar y proponer nuevos enfoques para la enseñanza, particularmente en el uso de tecnologías y metodologías activas, la profesora fortalece caminos que hacen el aprendizaje más significativo, inclusivo y alineado con las demandas contemporáneas. Su producción científica, ampliamente reconocida, reafirma su papel como referente para quienes buscan comprender y transformar la educación.

La diversidad de sus investigaciones evidencia a una intelectual comprometida con la complejidad del campo educativo, articulando temas como inclusión digital, innovación pedagógica, sostenibilidad y desarrollo humano. Esta amplitud refleja no solo dominio teórico, sino también una postura investigativa que inspira nuevas miradas y prácticas en el ámbito académico.

Más que una trayectoria marcada por títulos y publicaciones, su historia se configura como un legado de transformación. Su labor como docente, investigadora y formadora de nuevos profesionales fortalece la construcción de una educación crítica, reflexiva y socialmente comprometida. Su presencia en el ámbito académico representa solidez teórica, innovación práctica e inspiración constante.

Reconocer a la Profesora Dra. Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa es reconocer una referencia viva de la educación, cuya trayectoria ilumina caminos e impulsa avances. Su contribución permanece como una base sólida para el desarrollo de prácticas educativas más humanas, inclusivas y transformadoras, reafirmando el papel de la educación como instrumento de cambio social.

PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL: INTERVENÇÕES NO ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO SÉCULO XXI.

Allyne de Moura Amorim
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

1. INTRODUÇÃO

A psicopedagogia institucional, no cenário educacional contemporâneo, revela-se como um campo teórico-prático que ultrapassa abordagens reducionistas da aprendizagem, propondo uma leitura ampliada dos processos educativos e das múltiplas variáveis que os constituem. A compreensão da aprendizagem como fenômeno complexo encontra respaldo em estudos que articulam cognição, afetividade e contexto sociocultural, evidenciando que o desempenho escolar não pode ser analisado de forma isolada. Amorim (2026, p. 7) sustenta que a atuação psicopedagógica institucional exige uma leitura integrada das dimensões que atravessam o sujeito, deslocando o foco de uma visão individualizante para uma perspectiva sistêmica.

> A psicopedagogia institucional configura-se como um campo de atuação essencial para a compreensão e intervenção nas dificuldades de aprendizagem no contexto educacional contemporâneo, uma vez que considera o sujeito em sua totalidade, articulando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e pedagógicos. Nesse sentido, a atuação do psicopedagogo ultrapassa a dimensão individual, alcançando a análise das práticas institucionais, das relações estabelecidas no ambiente escolar e das condições que influenciam o processo de ensino e aprendizagem. A intervenção psicopedagógica, portanto, deve ser compreendida como um processo contínuo, preventivo e coletivo, voltado para a promoção de estratégias que favoreçam a inclusão, a equidade e o desenvolvimento integral dos estudantes, especialmente diante das demandas e desafios impostos pelo século XXI. (Allyne de Moura Amorim, 2026, p. 7, grifos para este artigo).

A emergência dessa área está profundamente relacionada às transformações sociais e tecnológicas que redefinem as formas de ensinar e aprender. A literatura contemporânea aponta que o avanço das tecnologias digitais e a intensificação dos fluxos informacionais alteraram significativamente as dinâmicas cognitivas dos estudantes. Ischkanian et al. (2026) destacam que a presença da inteligência artificial no campo educacional inaugura novas possibilidades de personalização do ensino, ao mesmo tempo em que impõe desafios relacionados à autonomia e à criticidade dos aprendizes.

No âmbito institucional, a psicopedagogia assume um papel estratégico na identificação de entraves que comprometem o processo de aprendizagem. A análise das

práticas pedagógicas, das relações interpessoais e das condições estruturais da escola constitui um eixo fundamental dessa atuação. Haas e Carvalho (2019) apontam que o psicopedagogo atua como mediador das relações educativas, contribuindo para a construção de ambientes mais favoráveis ao desenvolvimento dos estudantes.

A complexidade das dificuldades de aprendizagem exige uma abordagem que considere fatores cognitivos, emocionais e sociais de forma integrada. A compreensão dessas dificuldades demanda um olhar que ultrapasse diagnósticos simplistas e considere a historicidade do sujeito. Bossa (2000) argumenta que a psicopedagogia se fundamenta na articulação entre teoria e prática, buscando compreender os processos de aprendizagem em sua totalidade.

No contexto do século XXI, observa-se uma ampliação das demandas educacionais, impulsionada por transformações culturais e tecnológicas. A escola passa a ser desafiada a responder a uma diversidade crescente de perfis de aprendizagem, exigindo práticas pedagógicas mais flexíveis e inclusivas. Cabral (2022) evidencia que propostas pedagógicas inovadoras têm buscado romper com modelos tradicionais, favorecendo a construção colaborativa do conhecimento.

A atuação psicopedagógica institucional, nesse cenário, desloca-se para uma perspectiva preventiva, priorizando intervenções que antecipem dificuldades antes que se consolidem. Esse movimento implica uma reconfiguração das práticas educativas, orientando-se por uma lógica de acompanhamento contínuo. Pain (1985) ressalta que o diagnóstico psicopedagógico deve ser entendido como um processo dinâmico, que considera as interações entre sujeito e contexto.

A avaliação institucional emerge como um instrumento fundamental para a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem. A análise dos indicadores educacionais permite identificar padrões e tendências que orientam a tomada de decisões pedagógicas. Creswell (2021) destaca a importância de abordagens metodológicas rigorosas na investigação educacional, garantindo a consistência dos dados analisados.

A formação continuada de professores constitui um elemento central na efetivação das práticas psicopedagógicas. A atualização constante dos profissionais da educação possibilita a incorporação de novas metodologias e recursos didáticos. Braga et al. (2025) enfatizam que a implementação de estratégias como o método fônico requer preparo técnico e sensibilidade pedagógica.

A relação entre emoção e aprendizagem tem sido amplamente discutida no campo das neurociências. Estudos indicam que processos emocionais influenciam diretamente a capacidade de atenção, memória e tomada de decisão. Damásio (1994) demonstra que a

separação entre razão e emoção é insustentável, evidenciando a interdependência desses processos.

A inclusão escolar constitui um dos principais desafios enfrentados pelas instituições educacionais na contemporaneidade. A garantia do direito à educação implica a construção de práticas que respeitem a diversidade e promovam equidade. Azevedo et al. (2025) destacam que o reconhecimento das múltiplas formas de saber e existir é fundamental para a construção de uma educação inclusiva.

A incorporação de tecnologias digitais no ambiente escolar redefine as práticas pedagógicas e amplia as possibilidades de aprendizagem. O uso de recursos tecnológicos favorece a construção de experiências mais interativas e significativas. Coll, Mauri e Onrubia (2008) apontam que as tecnologias da informação e comunicação potencializam a construção compartilhada do conhecimento.

As intervenções psicopedagógicas institucionais orientam-se por uma perspectiva coletiva, considerando o papel da equipe escolar na construção de soluções para as dificuldades de aprendizagem. A atuação integrada entre professores, gestores e especialistas fortalece as práticas educativas. Souza (2015) ressalta que a psicopedagogia institucional promove a articulação entre diferentes agentes educativos.

A aprendizagem, compreendida como processo social, está profundamente relacionada às interações estabelecidas no ambiente escolar. A construção do conhecimento ocorre por meio da mediação cultural e da linguagem. Vygotsky (2007) enfatiza que o desenvolvimento cognitivo é resultado das relações sociais, destacando a importância da interação no processo educativo.

A diversidade de estilos de aprendizagem exige práticas pedagógicas que considerem as singularidades dos estudantes. A padronização do ensino tende a desconsiderar as especificidades individuais, comprometendo o desenvolvimento pleno. Carrara (2004) aponta que diferentes abordagens psicológicas oferecem contribuições relevantes para a compreensão da aprendizagem.

A interdisciplinaridade emerge como um princípio fundamental na atuação psicopedagógica institucional. A articulação entre diferentes áreas do conhecimento possibilita uma compreensão mais ampla dos fenômenos educacionais. Pereira (2018) destaca que a atuação psicopedagógica no ensino superior requer diálogo constante entre diferentes campos do saber.

A formação docente, nesse contexto, assume um papel estratégico na transformação das práticas educativas. A capacitação dos professores deve contemplar aspectos teóricos e práticos, favorecendo a reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Lima et al. (2023)

evidenciam que a integração entre neurociências e educação contribui para a qualificação do ensino.

A gamificação e o uso de metodologias ativas têm sido apontados como estratégias eficazes para o engajamento dos estudantes. Essas abordagens promovem maior participação e motivação no processo de aprendizagem. Kapp (2012) argumenta que a utilização de elementos de jogos no ensino potencializa o envolvimento dos alunos.

A aprendizagem baseada em projetos configura-se como uma alternativa pedagógica que valoriza a construção ativa do conhecimento. Essa abordagem estimula a autonomia e o pensamento crítico dos estudantes. Bender (2014) destaca que o aprendizado por projetos favorece a contextualização dos conteúdos.

A sala de aula invertida representa uma inovação metodológica que redefine o papel do professor e do aluno. Nesse modelo, o estudante assume uma postura mais ativa na construção do conhecimento. Bergmann e Sams (2012) defendem que essa abordagem amplia as possibilidades de aprendizagem personalizada.

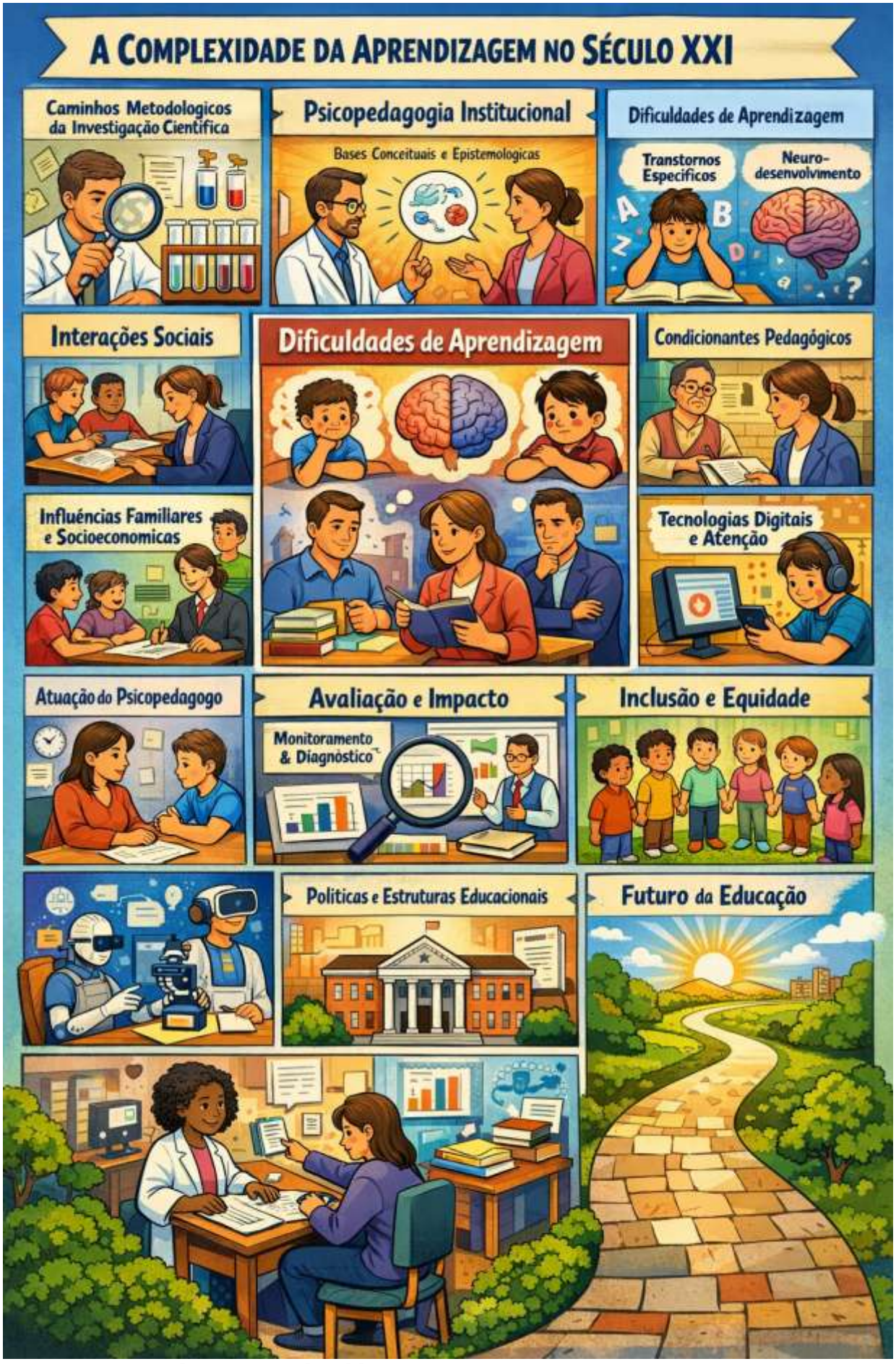
A análise das dificuldades de aprendizagem no ensino superior revela desafios específicos relacionados à permanência dos estudantes. A evasão acadêmica frequentemente está associada à ausência de suporte pedagógico adequado. Oliveira (2017) aponta que a psicopedagogia pode contribuir para a permanência e sucesso acadêmico.

A pesquisa bibliográfica desempenha papel central na construção do conhecimento científico, permitindo a sistematização de saberes já produzidos. A análise crítica da literatura possibilita a identificação de lacunas e tendências. Galvão e Ricarte (2019) destacam a importância da revisão sistemática na produção acadêmica.

A utilização de metodologias rigorosas na pesquisa educacional garante a validade e confiabilidade dos resultados. A escolha adequada dos procedimentos metodológicos é fundamental para o desenvolvimento do estudo. Morales (2022) enfatiza a relevância de protocolos como o Prisma na organização das revisões sistemáticas.

A psicopedagogia institucional, ao articular teoria e prática, contribui para a construção de uma educação mais equitativa e significativa. A intervenção psicopedagógica promove a transformação das práticas educativas, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes. Amorim (2026) reforça a importância de uma atuação que considere a complexidade dos processos de aprendizagem.

A consolidação desse campo de atuação depende do reconhecimento de sua relevância no contexto educacional. A inserção do psicopedagogo nas instituições de ensino representa um avanço na busca por qualidade educacional. Silva (2014) aponta que a atuação psicopedagógica no ensino superior amplia as possibilidades de intervenção.



Fonte: Simone Helen Drumond Ischkanian, 2024.

A psicopedagogia institucional, ao enfrentar os desafios do século XXI, reafirma seu compromisso com a construção de práticas educativas inclusivas, inovadoras e transformadoras. A articulação entre diferentes saberes e a valorização da diversidade constituem pilares fundamentais dessa área. Amorim (2026) evidencia que a atuação psicopedagógica deve ser orientada por princípios éticos e pelo compromisso com a aprendizagem significativa.

2. DESENVOLVIMENTO

A psicopedagogia institucional, no contexto contemporâneo, revela-se como um campo teórico-prático que articula saberes diversos na compreensão das dinâmicas de aprendizagem. A complexidade das relações escolares exige uma abordagem que ultrapasse a análise individual do estudante, integrando fatores sociais, emocionais e culturais que influenciam o desenvolvimento cognitivo (Bossa, 2000). A escola, nesse cenário, passa a ser compreendida como um organismo vivo, cujas interações demandam constante investigação e ressignificação.

O reconhecimento da aprendizagem como processo multifacetado exige um olhar atento às práticas pedagógicas e às condições institucionais. A compreensão das dificuldades educacionais não pode ser dissociada das relações estabelecidas no ambiente escolar, uma vez que estas influenciam diretamente o desempenho acadêmico (Visca, 1987). Tal perspectiva amplia o campo de atuação do psicopedagogo, que passa a intervir também nas estruturas organizacionais.

A atuação psicopedagógica institucional envolve uma análise criteriosa das práticas educativas, buscando identificar elementos que dificultam ou favorecem o aprendizado. A investigação diagnóstica, nesse contexto, assume caráter coletivo, considerando aspectos institucionais e pedagógicos que impactam o ensino (Pain, 1985). Essa abordagem possibilita intervenções mais eficazes e alinhadas às necessidades reais da comunidade escolar.

A formação docente emerge como elemento central na promoção de práticas pedagógicas inclusivas e significativas. A necessidade de atualização constante dos professores reflete as transformações sociais e tecnológicas que atravessam o cenário educacional (Cabral; Raimundo, 2023). A psicopedagogia institucional contribui nesse processo ao oferecer suporte teórico e metodológico para a prática pedagógica.

O avanço das tecnologias digitais introduz novas possibilidades e desafios para o ensino. A incorporação de recursos tecnológicos demanda não apenas domínio técnico, mas também reflexão crítica sobre sua utilização no processo de aprendizagem (Azevedo et al.,

2025). A mediação psicopedagógica torna-se fundamental para orientar o uso dessas ferramentas de forma significativa.

A aprendizagem colaborativa ganha destaque como estratégia pedagógica que favorece a construção compartilhada do conhecimento. A interação entre estudantes potencializa o desenvolvimento cognitivo e social, promovendo experiências educativas mais dinâmicas (Coll; Mauri; Onrubia, 2008). A psicopedagogia institucional atua como mediadora dessas relações, fortalecendo vínculos e ampliando possibilidades de aprendizagem.

A compreensão das dificuldades de aprendizagem exige uma análise que considere aspectos emocionais e afetivos. O vínculo estabelecido entre aluno e ambiente escolar influencia diretamente sua relação com o conhecimento (Wallon, 2001). A intervenção psicopedagógica busca, nesse sentido, promover um ambiente acolhedor e estimulante.

A influência das emoções no processo cognitivo tem sido amplamente discutida na literatura científica. Estudos apontam que a integração entre razão e emoção é fundamental para o desenvolvimento do pensamento (Damásio, 1994). A psicopedagogia institucional incorpora essa perspectiva ao considerar o sujeito em sua totalidade.

A diversidade presente nas salas de aula contemporâneas exige práticas pedagógicas que respeitem diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. O reconhecimento das múltiplas formas de saber contribui para a construção de uma educação mais equitativa (Azevedo et al., 2025). A atuação psicopedagógica fortalece essa abordagem ao promover estratégias inclusivas.

A alfabetização, enquanto processo fundamental, demanda intervenções que considerem evidências científicas e práticas pedagógicas eficazes. A integração entre neurociências e educação oferece subsídios importantes para a compreensão desse processo (Lima et al., 2023). A psicopedagogia institucional contribui ao traduzir esses conhecimentos em práticas concretas.

O método fônico, por exemplo, destaca-se como abordagem eficaz no desenvolvimento da leitura e escrita. Sua aplicação requer planejamento e acompanhamento sistemático para garantir resultados significativos (Braga et al., 2025). O psicopedagogo atua como orientador nesse processo, auxiliando na implementação de estratégias adequadas.

A aprendizagem baseada em projetos apresenta-se como alternativa metodológica que valoriza a autonomia do estudante. Essa abordagem estimula a investigação, a criatividade e o pensamento crítico (Bender, 2014). A psicopedagogia institucional apoia a implementação dessas práticas, contribuindo para sua efetividade.

A sala de aula invertida surge como proposta que reorganiza o tempo e o espaço da aprendizagem. O estudante assume papel ativo, enquanto o professor atua como mediador do

conhecimento (Bergmann; Sams, 2012). A intervenção psicopedagógica favorece a adaptação dessa metodologia às necessidades institucionais.

A gamificação, por sua vez, introduz elementos lúdicos no processo educativo, aumentando o engajamento dos estudantes. A utilização de jogos como estratégia pedagógica contribui para a motivação e a aprendizagem significativa (Kapp, 2012). A psicopedagogia institucional orienta a aplicação dessas práticas de forma crítica e planejada.

A avaliação educacional, no contexto psicopedagógico, assume caráter formativo e contínuo. O acompanhamento do desenvolvimento do estudante permite intervenções mais precisas e eficazes (Creswell, 2021). A análise dos dados coletados contribui para a melhoria das práticas pedagógicas.

A pesquisa documental apresenta-se como ferramenta relevante na investigação educacional. Sua utilização possibilita a análise de políticas e práticas institucionais, contribuindo para a compreensão do contexto escolar (Fávero; Centenaro, 2019). A psicopedagogia institucional se beneficia dessa abordagem para fundamentar suas intervenções.

A interdisciplinaridade configura-se como elemento essencial na prática psicopedagógica. A articulação entre diferentes áreas do conhecimento amplia as possibilidades de compreensão das dificuldades de aprendizagem (Carrara, 2004). Essa integração favorece intervenções mais abrangentes e eficazes.

O ensino superior também se apresenta como espaço de atuação da psicopedagogia institucional. As dificuldades enfrentadas pelos estudantes universitários exigem estratégias específicas de intervenção (Oliveira, 2017). A atuação psicopedagógica contribui para a permanência e o sucesso acadêmico.

A formação continuada dos profissionais da educação é indispensável diante das constantes transformações sociais. A atualização teórica e metodológica permite a construção de práticas pedagógicas mais eficazes (Narciso; Santana, 2025). A psicopedagogia institucional desempenha papel fundamental nesse processo formativo.

A inclusão educacional constitui um dos principais desafios contemporâneos. A garantia de acesso e permanência de todos os estudantes exige adaptações curriculares e metodológicas (Pereira, 2018). A intervenção psicopedagógica contribui para a construção de ambientes mais inclusivos.

A utilização de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, amplia as possibilidades de personalização do ensino. Essas ferramentas permitem a adaptação das estratégias pedagógicas às necessidades individuais dos estudantes (Ischkanian et al., 2026). A psicopedagogia institucional orienta o uso crítico dessas inovações.

A robótica educacional surge como recurso que integra tecnologia e aprendizagem significativa. Sua utilização estimula o pensamento lógico e a resolução de problemas (Ischkanian et al., 2022). A mediação psicopedagógica potencializa os resultados dessas práticas.

A construção do conhecimento, sob a perspectiva sociocultural, destaca a importância das interações sociais no desenvolvimento cognitivo. O aprendizado ocorre por meio da mediação e da colaboração entre sujeitos (Vygotsky, 2007). A psicopedagogia institucional incorpora essa abordagem em suas intervenções.

A linguagem desempenha papel central na formação do pensamento e na construção do conhecimento. O desenvolvimento das habilidades linguísticas está diretamente relacionado ao sucesso acadêmico (Vygotsky, 2007). A atuação psicopedagógica valoriza práticas que estimulem a comunicação e a expressão.

A psicopedagogia institucional, ao articular diferentes saberes e práticas, contribui para a construção de uma educação mais humana e significativa. A compreensão das dificuldades de aprendizagem como fenômeno complexo permite intervenções mais eficazes e transformadoras. O fortalecimento das relações institucionais e pedagógicas configura-se como caminho para a promoção de uma aprendizagem que respeite a singularidade de cada sujeito e valorize o potencial coletivo da educação contemporânea.

2.1. METODOLOGIA DA PESQUISA PARA DELINEAMENTO DO ARTIGO

A presente investigação fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, orientada pela compreensão aprofundada dos fenômenos educacionais relacionados à psicopedagogia institucional e às dificuldades de aprendizagem no contexto contemporâneo. A escolha por esse enfoque decorre da necessidade de interpretar significados, relações e dinâmicas presentes nas práticas pedagógicas, privilegiando a análise de sentidos construídos no campo educacional. Conforme destacam Narciso e Santana (2025), a pesquisa qualitativa permite explorar dimensões subjetivas e contextuais que escapam a abordagens estritamente mensuráveis, favorecendo uma leitura crítica e reflexiva da realidade investigada.

No que se refere à natureza, a pesquisa caracteriza-se como básica, tendo em vista seu propósito de ampliar o conhecimento teórico acerca das intervenções psicopedagógicas institucionais, sem a pretensão imediata de aplicação prática direta. Tal perspectiva valoriza a construção conceitual e o aprofundamento epistemológico do campo, contribuindo para o fortalecimento das bases científicas que sustentam futuras práticas profissionais. Morales (2022) enfatiza que estudos dessa natureza desempenham papel essencial na consolidação de

áreas emergentes, ao promover a sistematização e a problematização do conhecimento existente.

Quanto aos objetivos, o estudo assume caráter exploratório e descritivo, buscando tanto investigar as múltiplas abordagens presentes na literatura quanto descrever as principais estratégias de intervenção psicopedagógica no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem. Essa combinação possibilita não apenas o levantamento de informações relevantes, mas também a organização e interpretação dessas informações de maneira articulada. Page et al. (2021) ressaltam que investigações com tais características favorecem a identificação de padrões, lacunas e tendências no campo científico, ampliando a compreensão sobre o objeto de estudo.

No que concerne aos procedimentos técnicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, considerando sua pertinência para a análise de produções científicas já consolidadas. A pesquisa bibliográfica foi conduzida a partir da seleção criteriosa de livros, artigos científicos, dissertações e teses que abordam a psicopedagogia institucional, as dificuldades de aprendizagem e as intervenções educacionais no século XXI. Segundo Galvão e Ricarte (2019), esse tipo de investigação possibilita ao pesquisador acessar o estado da arte de determinada temática, favorecendo a construção de um referencial teórico consistente.

A relevância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento deste estudo reside na possibilidade de articular diferentes perspectivas teóricas, promovendo um diálogo entre autores e correntes de pensamento. Tal procedimento não se limita à reprodução de ideias, exigindo análise crítica e capacidade interpretativa por parte do pesquisador. Nesse sentido, Silva et al. (2009) apontam que a pesquisa bibliográfica demanda rigor na seleção das fontes e profundidade na análise dos conteúdos, evitando simplificações ou generalizações indevidas.

A pesquisa documental, por sua vez, complementa a abordagem bibliográfica ao incorporar materiais disponíveis em bases digitais e científicas, ampliando o alcance das fontes analisadas. Foram consultadas plataformas como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO, Academia.edu e Google Acadêmico, considerando critérios de актуabilidade, relevância temática e rigor científico. Fávero e Centenaro (2019) destacam que a utilização de documentos amplia as possibilidades analíticas, permitindo a inclusão de dados que refletem práticas e políticas educacionais contemporâneas.

O processo de seleção das fontes seguiu etapas sistematizadas, iniciando-se com a identificação de descritores relacionados ao tema da pesquisa, seguida da triagem dos materiais disponíveis e da análise de sua pertinência. Essa organização metodológica buscou assegurar a consistência do corpus analisado, evitando a inclusão de estudos que não dialogassem diretamente com os objetivos propostos. Batista e Kumada (2021) ressaltam que a definição

clara de critérios de seleção é fundamental para garantir a qualidade e a confiabilidade da pesquisa bibliográfica.

Após a seleção inicial, os materiais foram submetidos a uma leitura analítica e interpretativa, com o intuito de identificar conceitos-chave, convergências teóricas e tensões existentes entre os autores. Esse movimento possibilitou a construção de categorias temáticas que orientaram a análise dos dados, permitindo uma compreensão mais estruturada das contribuições da literatura. Creswell (2021) enfatiza a importância da sistematização rigorosa das informações, destacando que a organização dos dados é essencial para a produção de análises consistentes.

A análise dos dados ocorreu por meio da categorização temática, procedimento que envolve a identificação de núcleos de sentido presentes nos textos analisados. Esse processo permitiu estabelecer relações entre diferentes abordagens teóricas, evidenciando tanto pontos de convergência quanto divergências interpretativas. A construção dessas categorias não seguiu um modelo rígido, sendo orientada pela emergência dos dados e pela coerência com os objetivos da pesquisa.

O cruzamento entre os achados possibilitou uma leitura ampliada do fenômeno investigado, revelando aspectos estruturais, pedagógicos e epistemológicos envolvidos nas intervenções psicopedagógicas institucionais. Tal abordagem favoreceu a construção de uma narrativa analítica capaz de integrar diferentes perspectivas, evitando fragmentações conceituais. A articulação entre os dados analisados contribuiu para a elaboração de interpretações mais densas e fundamentadas.

A condução da pesquisa exigiu um posicionamento crítico diante das fontes consultadas, evitando a reprodução acrítica de conceitos e valorizando a problematização das ideias apresentadas. Esse exercício interpretativo implicou considerar o contexto de produção dos textos, bem como suas implicações para o campo educacional contemporâneo. A leitura crítica constitui elemento central na pesquisa qualitativa, permitindo a construção de conhecimento significativo e contextualizado.

A consistência teórica foi assegurada por meio da triangulação de fontes, estratégia que envolve a comparação entre diferentes autores e abordagens. Esse procedimento contribuiu para a validação dos achados, reduzindo a possibilidade de vieses interpretativos. A diversidade de referências utilizadas favoreceu uma compreensão mais abrangente do tema, ampliando o horizonte analítico da pesquisa.

O rigor metodológico também se manifestou na preocupação com a coerência entre os objetivos do estudo, os procedimentos adotados e as análises realizadas. Essa articulação garantiu a unidade do trabalho, evitando desvios que comprometessem sua consistência. A

clareza na definição das etapas metodológicas contribuiu para a transparência do processo investigativo.

A opção pela análise qualitativa permitiu explorar dimensões complexas da psicopedagogia institucional, considerando fatores subjetivos e contextuais que influenciam o processo de aprendizagem. Essa perspectiva reconhece a singularidade dos sujeitos e das instituições, valorizando a diversidade de experiências no campo educacional.

A abordagem adotada possibilitou, ainda, a identificação de lacunas na literatura, indicando caminhos para futuras investigações. A análise crítica dos estudos existentes revelou a necessidade de aprofundamento em determinadas temáticas, especialmente no que se refere à integração entre tecnologias digitais e práticas psicopedagógicas.

A pesquisa também evidenciou a importância da interdisciplinaridade na compreensão das dificuldades de aprendizagem, destacando a contribuição de áreas como psicologia, neurociência e pedagogia. Essa articulação teórica amplia as possibilidades de intervenção, enriquecendo o campo da psicopedagogia institucional.

A construção do referencial teórico foi orientada pela busca de coerência interna e pela relevância das fontes selecionadas. Cada obra analisada contribuiu para a formação de um quadro interpretativo capaz de sustentar as discussões propostas no estudo.

O processo investigativo privilegiou a profundidade em detrimento da amplitude, concentrando-se na análise detalhada de obras significativas para o tema. Essa escolha metodológica permitiu uma compreensão mais consistente dos fenômenos estudados.

A organização dos dados seguiu uma lógica interpretativa, evitando a fragmentação das informações e favorecendo a construção de um discurso coeso. A integração entre teoria e análise constituiu elemento central na elaboração do texto.

A pesquisa reafirma a relevância da investigação bibliográfica como instrumento de produção de conhecimento, especialmente em áreas que demandam reflexão teórica aprofundada. A análise das produções científicas contribui para o avanço do campo e para a qualificação das práticas educacionais.

A utilização de fontes diversificadas possibilitou uma visão multifacetada do tema, enriquecendo a análise e ampliando as possibilidades interpretativas. Essa diversidade constitui elemento fundamental para a compreensão da complexidade educacional contemporânea.

O percurso metodológico adotado demonstra a importância do planejamento rigoroso na condução de pesquisas acadêmicas. Cada etapa foi cuidadosamente estruturada, garantindo a coerência e a consistência do estudo.

A análise realizada evidencia que a pesquisa qualitativa, aliada a procedimentos bibliográficos e documentais, constitui estratégia eficaz para investigar fenômenos

educacionais complexos. Essa combinação metodológica favorece a construção de conhecimento crítico e contextualizado.

A sistematização dos dados permitiu a identificação de tendências e padrões na literatura, contribuindo para a compreensão das práticas psicopedagógicas institucionais. Essa organização facilita a interpretação dos resultados e a elaboração de conclusões fundamentadas.

A metodologia adotada reforça o compromisso com a produção científica rigorosa, pautada na ética, na consistência teórica e na clareza analítica. O estudo apresenta-se, portanto, como resultado de um processo investigativo estruturado, crítico e comprometido com a qualidade acadêmica.

2.2. CONCEITO E FUNDAMENTOS DA PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL

A psicopedagogia institucional configura-se como um campo de conhecimento e atuação que se dedica à compreensão dos processos de aprendizagem no interior das instituições, com ênfase nas dinâmicas coletivas que influenciam o ensinar e o aprender. Sua especificidade reside na análise das relações estabelecidas entre sujeitos, práticas pedagógicas e estruturas organizacionais, considerando que as dificuldades de aprendizagem não podem ser reduzidas a aspectos individuais. Nessa perspectiva, a aprendizagem é concebida como fenômeno complexo, atravessado por dimensões cognitivas, emocionais e socioculturais, conforme evidenciado por (Bossa, 2000), ao destacar a necessidade de compreender o sujeito em interação com o meio.

A constituição teórica da psicopedagogia institucional apoia-se em um diálogo interdisciplinar que articula contribuições da psicologia, da pedagogia, da psicanálise e das neurociências. Essa pluralidade teórica possibilita uma leitura ampliada dos fenômenos educacionais, superando abordagens fragmentadas. As formulações de (Visca, 1987) oferecem base relevante ao propor a epistemologia convergente, na qual diferentes saberes se integram para compreender os processos de aprendizagem de forma global, permitindo intervenções mais consistentes no contexto institucional.

A influência das teorias histórico-culturais também se mostra decisiva na fundamentação desse campo, sobretudo ao considerar o papel das interações sociais na construção do conhecimento. A aprendizagem é compreendida como resultado de processos mediadores que ocorrem no interior das relações sociais, o que desloca o foco de análise para o ambiente institucional. Nesse sentido, (Vygotsky, 2007) contribui ao evidenciar que o desenvolvimento cognitivo se estrutura a partir das relações sociais e da mediação simbólica, o que reforça a centralidade da instituição no processo educativo.

A dimensão afetiva ocupa lugar estratégico na compreensão psicopedagógica, uma vez que emoções e vínculos interferem diretamente na aprendizagem. A articulação entre afetividade e cognição revela que dificuldades escolares frequentemente estão associadas a experiências emocionais vividas no ambiente educativo. As contribuições de (Wallon, 2001) ressaltam essa integração, indicando que o desenvolvimento humano ocorre a partir da interação entre aspectos emocionais, motores e intelectuais, o que amplia o escopo de atuação da psicopedagogia institucional.

A incorporação de estudos das neurociências amplia ainda mais o campo de análise, oferecendo subsídios para compreender os mecanismos cerebrais envolvidos na aprendizagem. Essa interface permite identificar como fatores biológicos interagem com experiências pedagógicas, contribuindo para práticas mais eficazes. Conforme discutido por (Lima et al., 2023), o conhecimento sobre funcionamento cerebral possibilita a construção de estratégias pedagógicas mais alinhadas aos processos de aprendizagem, fortalecendo intervenções no contexto institucional.

No âmbito educacional contemporâneo, a psicopedagogia institucional assume papel estratégico na mediação entre inovação pedagógica e necessidades dos estudantes. A presença de tecnologias digitais e novas metodologias exige uma compreensão ampliada dos processos de ensino, considerando múltiplas formas de aprender. Nesse contexto, (Azevedo et al., 2025) evidenciam que o uso de tecnologias em espaços colaborativos favorece a construção compartilhada do conhecimento, demandando intervenções psicopedagógicas que considerem essas novas dinâmicas.

A diferenciação entre psicopedagogia institucional e psicopedagogia clínica constitui elemento fundamental para a compreensão do campo. Enquanto a vertente clínica centra-se no atendimento individualizado, voltado ao diagnóstico e tratamento de dificuldades específicas, a abordagem institucional direciona seu olhar para o coletivo, investigando fatores estruturais e pedagógicos que impactam a aprendizagem. (Pain, 1985) destaca que a intervenção clínica busca compreender o sujeito em sua singularidade, ao passo que a atuação institucional amplia o foco para as condições em que a aprendizagem ocorre.

A psicopedagogia institucional privilegia ações preventivas, buscando identificar e intervir em situações que possam gerar dificuldades antes que estas se consolidem. Essa perspectiva desloca o eixo de atuação do tratamento para a promoção de ambientes educativos mais favoráveis. Conforme apontam (Haas e Carvalho, 2019), a atuação do psicopedagogo na escola envolve a análise das práticas pedagógicas e das relações institucionais, contribuindo para a construção de estratégias que favoreçam o desenvolvimento dos estudantes.

O papel do psicopedagogo institucional envolve a mediação entre diferentes atores do processo educativo, incluindo professores, gestores, estudantes e famílias. Essa atuação exige competências que vão além do conhecimento técnico, demandando habilidades de escuta, análise e intervenção em contextos complexos. A mediação pedagógica assume caráter transformador, ao possibilitar a ressignificação de práticas e relações no ambiente escolar.

A análise institucional realizada pelo psicopedagogo permite identificar fatores que dificultam ou potencializam a aprendizagem, incluindo aspectos curriculares, metodológicos e organizacionais. Essa leitura crítica contribui para a elaboração de propostas que visem à melhoria do processo educativo como um todo. (Souza, 2015) destaca que a atuação no contexto institucional requer compreensão das políticas educacionais e das dinâmicas organizacionais, ampliando o alcance das intervenções.

A psicopedagogia institucional também se relaciona com a valorização das múltiplas formas de aprender, reconhecendo que os sujeitos constroem conhecimentos de maneiras diversas. Essa perspectiva rompe com modelos homogêneos de ensino, promovendo práticas inclusivas. (Azevedo et al., 2025) enfatizam a importância de reconhecer diferentes formas de saber e existir, o que reforça a necessidade de intervenções que respeitem a diversidade no ambiente escolar.

A articulação com metodologias ativas de ensino fortalece a atuação psicopedagógica, ao promover maior protagonismo dos estudantes no processo de aprendizagem. Estratégias como aprendizagem baseada em projetos e sala de aula invertida demandam acompanhamento especializado para garantir sua efetividade. (Bender, 2014) destaca que práticas pedagógicas diferenciadas favorecem a inclusão e o engajamento, exigindo intervenções que considerem as particularidades dos estudantes.

A integração entre tecnologia e educação amplia as possibilidades de intervenção psicopedagógica, permitindo a personalização do ensino e o acompanhamento mais preciso das dificuldades de aprendizagem. Esse cenário exige atualização constante dos profissionais, que precisam compreender as implicações pedagógicas das ferramentas digitais. (Ischkanian et al., 2026) apontam que a inteligência artificial pode contribuir para a adaptação das estratégias de ensino, fortalecendo práticas inclusivas.

A dimensão simbólica da aprendizagem também é considerada na psicopedagogia institucional, especialmente ao analisar como narrativas e experiências culturais influenciam o desenvolvimento dos sujeitos. Elementos como histórias, linguagem e imaginação desempenham papel relevante na construção do conhecimento. (Ferreira et al., 2025) evidenciam que os contos e narrativas refletem aspectos do inconsciente, contribuindo para o desenvolvimento emocional e cognitivo.

A crítica às avaliações tradicionais constitui outro ponto relevante, uma vez que instrumentos padronizados nem sempre captam a complexidade da aprendizagem. A psicopedagogia institucional propõe uma análise mais ampla, considerando múltiplos indicadores. (Belchior et al., 2025) discutem as limitações do QI como indicador de capacidade cognitiva, reforçando a necessidade de abordagens avaliativas mais integradas.

A atuação no ensino superior apresenta desafios específicos, relacionados à diversidade de trajetórias acadêmicas e às exigências cognitivas mais complexas. A psicopedagogia institucional contribui para a permanência e o sucesso dos estudantes, ao identificar fatores que impactam o desempenho acadêmico. (Oliveira, 2017) destaca a importância de intervenções que considerem as especificidades desse nível de ensino.

A construção compartilhada do conhecimento constitui princípio central na atuação psicopedagógica, valorizando o diálogo e a colaboração entre os sujeitos. Essa perspectiva rompe com modelos transmissivos de ensino, promovendo práticas mais participativas. (Coll, Mauri e Onrubia, 2008) ressaltam que a aprendizagem ocorre de forma mais significativa quando construída coletivamente, o que reforça o papel da instituição como espaço de interação.

A formação continuada de professores emerge como elemento essencial para a efetividade das intervenções psicopedagógicas. O acompanhamento docente possibilita a revisão de práticas e a incorporação de novas estratégias de ensino. (Cabral, 2023) destaca que a relação entre psicologia, tecnologia e educação exige atualização constante, fortalecendo a atuação no contexto institucional.

A psicopedagogia institucional também se relaciona com a promoção de ambientes inclusivos, nos quais todos os estudantes tenham acesso a oportunidades de aprendizagem. Essa perspectiva envolve a adaptação de práticas pedagógicas e a eliminação de barreiras. (Pereira, 2018) evidencia que políticas educacionais devem considerar a diversidade dos estudantes, reforçando a importância da atuação psicopedagógica.

A análise das dificuldades de aprendizagem requer compreensão das interações entre fatores internos e externos, evitando explicações reducionistas. A psicopedagogia institucional busca integrar essas dimensões, oferecendo uma leitura mais complexa do fenômeno. Essa abordagem amplia as possibilidades de intervenção, favorecendo resultados mais consistentes.

A presença do psicopedagogo na instituição contribui para a construção de uma cultura educacional voltada à reflexão e à transformação. Sua atuação promove mudanças que ultrapassam o atendimento pontual, impactando o conjunto das práticas escolares. Esse movimento fortalece a qualidade da educação e a inclusão dos estudantes.

A diferenciação entre as abordagens clínica e institucional não implica oposição, mas complementaridade. Ambas contribuem para a compreensão das dificuldades de aprendizagem, atuando em níveis distintos. A integração dessas perspectivas amplia a eficácia das intervenções, beneficiando os sujeitos e as instituições.

A psicopedagogia institucional consolida-se como campo estratégico no enfrentamento dos desafios educacionais contemporâneos, articulando teoria e prática de forma integrada. Sua atuação evidencia a necessidade de compreender a aprendizagem como processo complexo e dinâmico, inserido em contextos sociais específicos.

A reflexão sobre seus fundamentos revela a importância de uma abordagem crítica e interdisciplinar, capaz de responder às demandas do século XXI. A psicopedagogia institucional, ao atuar nas estruturas educacionais, contribui para a construção de práticas mais inclusivas, inovadoras e significativas, reafirmando seu papel essencial no cenário educacional contemporâneo.

2.3. PRINCIPAIS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO SÉCULO XXI

A compreensão das dificuldades de aprendizagem no século XXI exige um olhar ampliado sobre o desenvolvimento humano, considerando fatores cognitivos, emocionais, sociais e culturais que atravessam o processo educativo. Conforme discutem Lima et al. (2023), a alfabetização, entendida como etapa estruturante da autonomia intelectual, revela-se como um campo sensível às múltiplas influências que permeiam o desenvolvimento infantil, sendo profundamente marcada pelas interações iniciais e pelas experiências linguísticas precoces. Nesse horizonte, o desenvolvimento da linguagem oral antecede e sustenta a construção da linguagem escrita, processo que envolve dimensões simbólicas e sociais complexas.

> A alfabetização de uma criança é um passo crucial para a sua autonomia. Aprender a ler e escrever são habilidades fundamentais que permitem às crianças se comunicarem, expressarem conceitos, pensamentos e significados por meio de um código. Nesse sentido, as linguagens oral e escrita são ferramentas essenciais nesse processo. As crianças começam a aprender a se comunicar nos primeiros meses de vida por meio do olhar, gestos comunicativos e referenciais. Elas utilizam expressões faciais e já têm as primeiras vocalizações que levarão ao desenvolvimento das primeiras palavras intencionais e simbólicas por volta do primeiro ano de vida. Ao longo da infância, diversas habilidades são aprimoradas conforme a idade. Um dos elementos fundamentais para a aprendizagem é o ambiente. Os adultos precisam criar oportunidades de aprendizagem oferecendo às crianças um ambiente repleto de estímulos. Nesse contexto, a contribuição do brincar, seja na escola ou em casa com a família, é de grande relevância para quem visa entender como alfabetizar. (Lima et al., 2023, p. 68).

A aquisição da leitura e da escrita não se reduz a um domínio mecânico de códigos, mas implica a articulação entre processos fonológicos, semânticos e cognitivos que se

desenvolvem de maneira progressiva. Lima et al. (2023) destacam que o funcionamento da rota fonológica, responsável pela correspondência entre grafemas e fonemas, convive com a rota lexical, que mobiliza conhecimentos previamente armazenados na memória de longo prazo. Esse cenário evidencia que dificuldades nessa etapa podem emergir tanto de limitações cognitivas quanto de lacunas pedagógicas.

> Para ler palavras, é necessário realizar uma codificação/ articulatória da sequência de letras. Nesse processo inicial, utiliza-se o mecanismo ortográfico (rota fonológica), que estabelece uma correspondência entre letras e sons, independentemente do seu significado. Outra opção é a rota lexical, baseada no conhecimento específico de pronúncias de determinadas palavras ou morfemas. No caso de termos familiares, a memória de longo prazo pode ser consultada em busca de informações sobre como pronunciá-las. (Lima et al., 2023, p. 72).

A alfabetização baseada em evidências apresenta-se como uma resposta às demandas contemporâneas por práticas pedagógicas fundamentadas cientificamente. Segundo Lima et al. (2023), a proposta envolve a integração de dados empíricos ao planejamento didático, reconhecendo a singularidade dos aprendizes e a necessidade de intervenções diferenciadas. A implementação desse modelo enfrenta obstáculos relacionados à formação docente e à estrutura educacional, que nem sempre favorece a incorporação de conhecimentos científicos na prática cotidiana.

> A alfabetização baseada em evidências é uma abordagem holística que reflete a complexidade específica ao processo de aprender a ler e escrever. Ela visa abordar essa complexidade por meio de uma metodologia rigorosa e flexível, fundamentada em dados científicos, que pode ser adaptada às necessidades individuais dos alunos. O principal desafio reside na sua implementação eficaz, que requer uma formação docente robusta e um sistema educacional preparado para integrar descobertas científicas em práticas pedagógicas diárias. . (Lima et al., 2023, p. 77).

Entre as dificuldades mais recorrentes, destacam-se os transtornos específicos de aprendizagem, que afetam diretamente habilidades acadêmicas fundamentais. Bossa (2000) argumenta que a dislexia compromete a fluência e a compreensão leitora, enquanto a discalculia interfere na construção do raciocínio matemático. A disgrafia e a disortografia, por sua vez, manifestam-se na organização da escrita e na persistência de erros ortográficos, exigindo intervenções especializadas que considerem tanto aspectos neurológicos quanto pedagógicos.

Os transtornos do neurodesenvolvimento ampliam o espectro das dificuldades observadas no contexto escolar. Haas e Carvalho (2019) analisam que o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade impacta a autorregulação e a capacidade de manter o foco em atividades prolongadas, enquanto o Transtorno do Espectro Autista envolve desafios na

comunicação e na interação social. Tais condições demandam estratégias pedagógicas adaptativas, capazes de respeitar as especificidades de cada sujeito e promover sua participação efetiva no ambiente educacional.

No campo cognitivo, limitações relacionadas à memória, à atenção e ao processamento de informações interferem diretamente no desempenho acadêmico. Oliveira Filho et al. (2023) ressaltam que a dificuldade em reter conteúdos ou em estabelecer conexões lógicas compromete a construção do conhecimento, evidenciando a necessidade de práticas que estimulem funções executivas e promovam a aprendizagem significativa. Esses aspectos reforçam a importância de abordagens que considerem o funcionamento integral do cérebro.

As dimensões emocionais exercem influência decisiva sobre o processo de aprendizagem, frequentemente sendo negligenciadas nas práticas escolares tradicionais. Damásio (1994) demonstra que emoções e cognição estão profundamente interligadas, o que permite compreender como ansiedade, insegurança e baixa autoestima podem gerar bloqueios que dificultam o engajamento do estudante. Esse entendimento aponta para a necessidade de intervenções que integrem o desenvolvimento afetivo ao ensino.

As dificuldades sociais também emergem como fatores relevantes, sobretudo em contextos marcados por fragilidades nas relações interpessoais. Vygotsky (2007) enfatiza que o desenvolvimento ocorre nas interações sociais, o que permite compreender como problemas de interação, isolamento e experiências de exclusão afetam a construção da identidade e o sentimento de pertencimento do estudante. A escola, enquanto espaço de socialização, precisa assumir um papel ativo na promoção de relações saudáveis e inclusivas.

No âmbito pedagógico, práticas inadequadas podem potencializar ou mesmo gerar dificuldades de aprendizagem. Bender (2014) propõe o uso de metodologias ativas como alternativa às abordagens tradicionais, destacando a importância do ensino por projetos na construção de aprendizagens significativas. A ausência de adaptação curricular e de acompanhamento individualizado compromete a eficácia do ensino e reforça a necessidade de inovação pedagógica.

Fatores familiares e socioeconômicos também desempenham papel significativo na configuração das dificuldades educacionais. Pereira (2018) analisa que a ausência de estímulos no ambiente doméstico, associada à baixa escolaridade dos responsáveis e à vulnerabilidade social, limita as oportunidades de aprendizagem e amplia desigualdades. A educação, nesse contexto, precisa atuar como mecanismo de equidade, oferecendo suporte que compense tais lacunas.

As dificuldades relacionadas à linguagem evidenciam a importância do desenvolvimento comunicativo na infância. Braga et al. (2025) apontam que atrasos na fala,

vocabulário restrito e limitações na compreensão verbal impactam diretamente a aprendizagem escolar, uma vez que a linguagem constitui a base para a construção do conhecimento. A intervenção precoce torna-se essencial para minimizar tais impactos e favorecer o desenvolvimento integral.

O avanço das tecnologias digitais introduz novos desafios ao cenário educacional contemporâneo. Azevedo et al. (2025) discutem que a exposição constante a estímulos digitais pode comprometer a capacidade de concentração e favorecer padrões de aprendizagem superficiais. Ao mesmo tempo, essas tecnologias oferecem possibilidades inovadoras de ensino, exigindo uma mediação pedagógica crítica e intencional.

A dependência digital, associada ao uso excessivo de dispositivos, revela uma tensão entre potencial e risco no uso das tecnologias. Cabral e Raimundo (2023) refletem sobre como a dificuldade em sustentar o foco em atividades prolongadas e a busca por recompensas imediatas impactam negativamente o desempenho acadêmico. A educação contemporânea precisa desenvolver estratégias que promovam o uso consciente e equilibrado dessas ferramentas.

A multiplicidade de fatores envolvidos nas dificuldades de aprendizagem exige uma abordagem integrada e interdisciplinar. Carrara (2004) defende a articulação entre diferentes campos do conhecimento como condição para compreender a complexidade dos fenômenos educacionais e desenvolver intervenções mais eficazes. Essa perspectiva amplia o campo de atuação da psicopedagogia, fortalecendo sua relevância no contexto atual.

A análise das dificuldades de aprendizagem no século XXI evidencia que não se trata de fenômenos isolados, mas de construções que emergem da interação entre sujeito e contexto. Nesse sentido, compreender tais desafios implica reconhecer a necessidade de práticas educativas que considerem a diversidade, promovam inclusão e favoreçam o desenvolvimento pleno dos estudantes, consolidando uma educação comprometida com a transformação social.

2.3.1. Transtornos específicos de aprendizagem

Os transtornos específicos de aprendizagem correspondem a alterações persistentes nos processos cognitivos que sustentam a leitura, a escrita e o raciocínio matemático, manifestando-se de maneira independente de fatores como escolarização inadequada ou ausência de estímulos. Carrara (2004) explica que tais condições envolvem disfunções nos mecanismos de processamento da informação, exigindo uma compreensão que ultrapasse interpretações simplistas centradas apenas no desempenho escolar. A identificação precoce dessas dificuldades permite intervenções mais assertivas e reduz impactos emocionais e acadêmicos ao longo da trajetória educacional.

A dislexia, caracterizada por dificuldades na leitura e na escrita, compromete a fluência, a decodificação e a compreensão textual. Filho et al. (2023) destacam que o estudante disléxico pode apresentar inversões de letras, omissões de sílabas e lentidão na leitura, o que interfere diretamente na construção de sentido. Um exemplo recorrente ocorre quando a criança lê “bola” como “loba” ou demonstra esforço excessivo para reconhecer palavras simples, revelando limitações no processamento fonológico.

A discalculia refere-se às dificuldades relacionadas à aprendizagem matemática, afetando a compreensão de números, operações e relações quantitativas. Carrara (2004) observa que esse transtorno compromete o desenvolvimento do pensamento lógico, dificultando a resolução de problemas e o uso funcional da matemática. Um estudante com discalculia pode, por exemplo, apresentar dificuldades em compreender sequências numéricas ou em realizar operações básicas como somar e subtrair, mesmo após explicações repetidas.

A disgrafia envolve dificuldades na escrita motora e na organização textual, sendo perceptível tanto na forma quanto na estrutura da produção escrita. Filho et al. (2023) apontam que alunos com disgrafia apresentam traçado irregular, letras desproporcionais e dificuldades na coordenação motora fina. Um exemplo evidente pode ser observado quando o estudante escreve com espaçamento inadequado, mistura letras maiúsculas e minúsculas de maneira desorganizada e demonstra dificuldade em alinhar o texto no papel.

A disortografia caracteriza-se pela persistência de erros ortográficos que não se explicam apenas pela ausência de ensino ou prática. Carrara (2004) ressalta que esse transtorno está relacionado à dificuldade de internalizar regras da língua escrita, afetando a precisão na produção textual. Um exemplo típico ocorre quando o aluno escreve “meninu” em vez de “menino” ou “caza” no lugar de “casa”, mesmo após correções frequentes, indicando uma dificuldade estrutural no processamento linguístico.

2.3.2. Transtornos do neurodesenvolvimento

Os transtornos do neurodesenvolvimento abrangem condições que afetam o funcionamento cerebral desde as fases iniciais da vida, impactando o comportamento, a cognição e as relações sociais. Damásio (1994) enfatiza que o desenvolvimento cognitivo está profundamente relacionado às bases neurobiológicas, o que torna indispensável compreender essas condições a partir de uma perspectiva integrada. A atuação pedagógica, nesse contexto, precisa considerar as especificidades neurológicas dos estudantes para promover aprendizagem efetiva.

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade caracteriza-se por padrões persistentes de desatenção, impulsividade e hiperatividade que interferem no desempenho

acadêmico e nas relações sociais. Filho et al. (2023) indicam que estudantes com TDAH apresentam dificuldade em manter o foco, organizar tarefas e concluir atividades. Um exemplo comum ocorre quando o aluno inicia várias tarefas simultaneamente, não finaliza nenhuma e se distrai facilmente com estímulos do ambiente, prejudicando sua aprendizagem.

O Transtorno do Espectro Autista envolve alterações na comunicação, na interação social e na flexibilidade comportamental, apresentando diferentes níveis de manifestação. Coll, Mauri e Onrubia (2008) destacam que a aprendizagem ocorre por meio da interação social, o que evidencia a importância de estratégias inclusivas para esses estudantes. Um exemplo pode ser observado em crianças que apresentam dificuldade em compreender expressões faciais, evitam contato visual ou demonstram interesses restritos e repetitivos.

Os transtornos de processamento auditivo e visual referem-se a dificuldades na interpretação de estímulos sensoriais, mesmo quando não há comprometimento dos órgãos sensoriais. Carrara (2004) explica que o cérebro encontra dificuldades para organizar e dar significado às informações recebidas, o que impacta diretamente a aprendizagem. Um exemplo ocorre quando o estudante ouve instruções, mas não consegue compreendê-las adequadamente, ou quando apresenta dificuldade em copiar conteúdos do quadro devido à desorganização visual, comprometendo seu desempenho escolar.

2.3.3. Dificuldades cognitivas

As dificuldades cognitivas referem-se a limitações nos processos mentais responsáveis pela aquisição, organização e utilização do conhecimento, interferindo diretamente no desempenho acadêmico. Carrara (2004) explica que tais dificuldades não se restringem a déficits isolados, mas envolvem um conjunto de funções interdependentes, como memória, atenção e raciocínio, cuja fragilidade compromete a aprendizagem. A identificação dessas limitações permite compreender que o baixo rendimento escolar nem sempre está associado à falta de esforço, mas a entraves no processamento cognitivo.

Os déficits de memória, tanto de curto quanto de longo prazo, impactam a capacidade de armazenar e recuperar informações necessárias para a aprendizagem. Filho et al. (2023) destacam que a memória de trabalho desempenha papel central na realização de tarefas escolares, como leitura, resolução de problemas e produção textual. Um exemplo pode ser observado quando o estudante não consegue lembrar instruções dadas poucos minutos antes ou apresenta dificuldade em reter conteúdos já estudados, comprometendo a continuidade do aprendizado.

A dificuldade de atenção e concentração manifesta-se na incapacidade de manter o foco em atividades por períodos prolongados, prejudicando a assimilação de conteúdos. Carrara

(2004) ressalta que a atenção é um mecanismo seletivo essencial para a aprendizagem, pois permite filtrar estímulos relevantes e ignorar distrações. Um exemplo recorrente ocorre quando o aluno se distrai facilmente com ruídos, movimentações ou pensamentos internos, interrompendo constantemente suas tarefas e dificultando a conclusão de atividades.

A lentidão no processamento de informações caracteriza-se pela dificuldade em compreender, organizar e responder a estímulos de forma ágil. Filho et al. (2023) apontam que esse aspecto pode gerar atrasos na execução de tarefas, mesmo quando o estudante compreende o conteúdo. Um exemplo ocorre quando o aluno necessita de mais tempo para interpretar uma questão ou resolver um exercício, apresentando respostas corretas, porém com ritmo significativamente inferior ao esperado.

A dificuldade de raciocínio lógico envolve limitações na capacidade de estabelecer relações, inferir conclusões e resolver problemas abstratos. Carrara (2004) observa que o raciocínio lógico é fundamental para disciplinas como matemática e ciências, mas também se estende à organização do pensamento em diversas áreas do conhecimento. Um exemplo pode ser identificado quando o estudante encontra obstáculos para compreender sequências, padrões ou relações de causa e efeito, dificultando sua progressão acadêmica.

2.3.4. Dificuldades emocionais

As dificuldades emocionais exercem influência significativa sobre o processo de aprendizagem, uma vez que os aspectos afetivos estão profundamente interligados às funções cognitivas. Damásio (1994) demonstra que emoção e razão não operam de forma dissociada, sendo as experiências emocionais determinantes para a tomada de decisões e para o engajamento em atividades intelectuais. A escola, nesse contexto, precisa reconhecer que o estado emocional do estudante interfere diretamente em sua capacidade de aprender.

A ansiedade configura-se como uma das dificuldades emocionais mais presentes no ambiente escolar, manifestando-se por meio de tensão, medo e insegurança diante de situações avaliativas. Segundo Ferreira et al. (2025), estados emocionais intensos podem bloquear processos cognitivos, dificultando a concentração e a memória. Um exemplo ocorre quando o estudante, mesmo preparado, não consegue realizar uma prova devido ao nervosismo excessivo, apresentando desempenho inferior ao seu potencial.

A baixa autoestima relaciona-se à percepção negativa que o estudante constrói sobre si mesmo, afetando sua confiança e sua disposição para aprender. Damásio (1994) indica que a construção da identidade está ligada às experiências emocionais vivenciadas, o que explica como sucessivas dificuldades escolares podem gerar sentimentos de incapacidade. Um exemplo

pode ser observado em alunos que evitam participar das atividades por acreditarem que não são capazes de acertar, limitando suas oportunidades de aprendizagem.

A insegurança manifesta-se como hesitação constante diante de desafios acadêmicos, levando o estudante a duvidar de suas próprias capacidades. Carrara (2004) ressalta que a falta de confiança interfere na tomada de decisões e na autonomia do aprendiz. Um exemplo ocorre quando o aluno solicita confirmação frequente do professor antes de responder uma questão, mesmo quando possui conhecimento suficiente para realizá-la de forma independente.

A desmotivação escolar representa um estado de desinteresse e afastamento em relação às atividades de aprendizagem, frequentemente associado a experiências negativas anteriores. Filho et al. (2023) apontam que a ausência de significado nas práticas pedagógicas contribui para a perda de engajamento dos estudantes. Um exemplo pode ser identificado em alunos que não realizam tarefas, evitam participar das aulas e demonstram apatia diante dos conteúdos apresentados.

O medo de errar constitui um fator limitante que impede o estudante de experimentar, questionar e construir conhecimento de forma ativa. Ferreira et al. (2025) destacam que o erro, quando compreendido como parte do processo de aprendizagem, pode favorecer o desenvolvimento, mas quando associado a punições ou críticas excessivas, gera bloqueios emocionais. Um exemplo ocorre quando o aluno prefere não responder a uma pergunta em sala para evitar exposição, mesmo tendo ideias relevantes, restringindo sua participação e crescimento acadêmico.

2.3.5. Dificuldades sociais

As dificuldades sociais no contexto educacional referem-se aos obstáculos que os estudantes enfrentam nas interações interpessoais, impactando diretamente seu processo de aprendizagem. Segundo Vygotsky (2007), o desenvolvimento cognitivo está intrinsecamente relacionado às interações sociais, o que evidencia a importância das relações no ambiente escolar.

Os problemas de interação com colegas podem se manifestar por meio de dificuldades em iniciar ou manter diálogos, compartilhar ideias ou compreender regras sociais implícitas. Por exemplo, um aluno pode evitar participar de atividades em grupo por não saber como se comunicar adequadamente.

O isolamento social ocorre quando o estudante se afasta ou é excluído das interações, o que pode comprometer tanto o desenvolvimento emocional quanto o acadêmico. Um exemplo comum é o aluno que permanece sozinho durante atividades coletivas ou recreios.

O bullying, caracterizado por agressões físicas, verbais ou psicológicas repetitivas, representa um fator significativo de prejuízo à aprendizagem. Conforme Haas e Carvalho (2019), esse fenômeno pode gerar insegurança, baixa autoestima e desmotivação escolar.

A dificuldade em trabalhar em grupo também é recorrente, especialmente em metodologias ativas que exigem colaboração. De acordo com Coll, Mauri e Onrubia (2008), a construção compartilhada do conhecimento depende da cooperação entre os sujeitos, sendo prejudicada quando há resistência ou limitação nas interações.

2.3.6. Dificuldades pedagógicas

As dificuldades pedagógicas estão relacionadas às práticas de ensino e às condições institucionais que podem dificultar o processo de aprendizagem. Essas dificuldades não estão centradas apenas no aluno, mas também nas estratégias educacionais adotadas.

As metodologias inadequadas ocorrem quando o ensino não considera as necessidades e características dos estudantes. Conforme Filho et al. (2023), práticas pedagógicas descontextualizadas ou excessivamente tradicionais podem limitar o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem significativa.

A falta de adaptação curricular refere-se à ausência de ajustes no conteúdo, nas estratégias ou na avaliação para atender alunos com diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Segundo Ischkanian et al. (2026), a personalização do ensino, inclusive com o uso de tecnologias, é fundamental para promover inclusão.

O ensino pouco significativo acontece quando o conteúdo não se conecta com a realidade do aluno, dificultando a compreensão e o interesse. Nesse sentido, Oliveira Filho et al. (2023) destacam a importância da aprendizagem significativa baseada em experiências e contextos reais.

A falta de acompanhamento individualizado também compromete o processo educativo, pois impede a identificação precoce de dificuldades. De acordo com Lima et al. (2023), o acompanhamento contínuo permite intervenções mais eficazes e direcionadas às necessidades específicas dos estudantes.

Conforme Galvão e Ricarte (2019), a análise crítica das práticas pedagógicas é essencial para garantir a qualidade do ensino, sendo necessário repensar constantemente as estratégias utilizadas para promover uma aprendizagem mais inclusiva e eficaz.

2.3.7. Fatores familiares e socioeconômicos

Os fatores familiares e socioeconômicos exercem influência significativa no processo de aprendizagem, uma vez que o desenvolvimento cognitivo e emocional do estudante está

diretamente relacionado ao contexto em que está inserido. Conforme Vygotsky (2007), o meio social é determinante para a construção do conhecimento, evidenciando o papel da família como mediadora inicial da aprendizagem.

A falta de apoio familiar pode comprometer o desempenho escolar, pois a ausência de acompanhamento nas atividades, incentivo aos estudos e participação na vida escolar tende a gerar desmotivação. Por exemplo, alunos que não recebem auxílio nas tarefas escolares podem apresentar dificuldades em consolidar conteúdos básicos.

A baixa escolaridade dos responsáveis também impacta diretamente o processo educativo, pois limita o suporte pedagógico que a família pode oferecer. Segundo Oliveira (2017), famílias com menor nível de escolaridade tendem a ter mais dificuldades em acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos filhos.

A vulnerabilidade social, marcada por condições como baixa renda, insegurança alimentar e acesso limitado a recursos educacionais, interfere no rendimento escolar. De acordo com Pereira (2018), essas condições podem gerar desigualdades educacionais significativas, afetando o acesso e a permanência na escola.

O ambiente pouco estimulador refere-se à ausência de recursos culturais e educativos, como livros, espaços de estudo e acesso a tecnologias. Nesse sentido, Pain (1985) destaca que a aprendizagem depende de estímulos adequados e de um ambiente que favoreça o desenvolvimento cognitivo.

2.3.8. Dificuldades relacionadas à linguagem

As dificuldades relacionadas à linguagem constituem um dos principais fatores que interferem no processo de aprendizagem, especialmente na alfabetização. A linguagem é essencial para a construção do pensamento e para a interação social, conforme enfatiza Vygotsky (2007).

O atraso na fala pode ser identificado quando a criança não desenvolve a linguagem oral no tempo esperado, dificultando a comunicação e a aprendizagem. Por exemplo, uma criança que apresenta poucas palavras aos dois anos pode enfrentar desafios na compreensão de instruções escolares.

A dificuldade de compreensão verbal ocorre quando o estudante tem problemas para entender comandos, explicações ou textos orais. Segundo Carrara (2004), essa limitação pode comprometer o acompanhamento das atividades em sala de aula.

O vocabulário limitado restringe a capacidade de expressão e compreensão, impactando diretamente a leitura e a escrita. Conforme Lima et al. (2023), o desenvolvimento lexical é fundamental para o avanço na alfabetização e na construção de significados.

Os problemas na expressão oral envolvem dificuldades em organizar ideias, construir frases ou se comunicar de forma clara. De acordo com Wallon (2001), a linguagem está intimamente ligada às emoções e à interação social, o que reforça a necessidade de estímulos adequados para seu desenvolvimento.

Dessa forma, as dificuldades linguísticas exigem intervenções precoces e estratégias pedagógicas específicas, visando garantir o desenvolvimento pleno das habilidades comunicativas e cognitivas dos estudantes.

2.3.9. Impactos das tecnologias

O avanço das tecnologias digitais no século XXI tem provocado transformações significativas no processo de ensino e aprendizagem. Embora ofereçam inúmeras possibilidades pedagógicas, seu uso inadequado pode gerar impactos negativos no desenvolvimento cognitivo e no desempenho escolar. Conforme Azevedo et al. (2025), as tecnologias devem ser utilizadas de forma intencional e mediada, para que contribuam efetivamente com a aprendizagem.

A distração excessiva é um dos principais desafios associados ao uso de dispositivos digitais. A presença constante de notificações, redes sociais e múltiplos estímulos pode desviar a atenção dos estudantes durante as atividades escolares. Por exemplo, um aluno que utiliza o celular durante a aula pode ter dificuldade em acompanhar explicações e realizar tarefas com qualidade.

A dificuldade de concentração prolongada também se destaca, uma vez que o consumo rápido de informações, típico do ambiente digital, pode reduzir a capacidade de manter o foco por longos períodos. Segundo Coll, Mauri e Onrubia (2008), a aprendizagem exige processos de atenção sustentada, os quais podem ser comprometidos pelo uso fragmentado das tecnologias.

A dependência digital refere-se ao uso excessivo e, muitas vezes, compulsivo de dispositivos eletrônicos. Esse comportamento pode interferir no equilíbrio entre estudo, lazer e convivência social. De acordo com Ischkanian et al. (2026), o uso desregulado das tecnologias pode impactar tanto o rendimento escolar quanto o bem-estar emocional dos estudantes.

A aprendizagem superficial ocorre quando o estudante acessa grande quantidade de informações sem aprofundamento ou reflexão crítica. Nesse contexto, conforme Belchior et al. (2025), há o risco de construção de conhecimentos fragmentados, sem consolidação significativa.

Torna-se fundamental que educadores e instituições promovam o uso consciente e pedagógico das tecnologias, orientando os estudantes para uma aprendizagem mais crítica, reflexiva e significativa.

2.4. O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL

O papel do psicopedagogo institucional se configura como uma atuação complexa e estratégica no interior das organizações educativas, especialmente no contexto escolar contemporâneo. Sua prática ultrapassa a dimensão individualizante das dificuldades de aprendizagem e se insere em uma perspectiva sistêmica, que considera as múltiplas relações que constituem o processo educativo. Conforme Bossa (2000), a psicopedagogia amplia seu campo ao incorporar elementos institucionais, reconhecendo que o aprender não ocorre de forma isolada, mas em interação com estruturas, práticas e culturas escolares.

A compreensão da instituição como espaço de produção de subjetividades exige do psicopedagogo um olhar atento às dinâmicas que atravessam o cotidiano escolar. Nesse sentido, Souza (2015) ressalta que a atuação institucional envolve a leitura crítica das relações pedagógicas, administrativas e sociais, buscando identificar fatores que interferem no processo de aprendizagem coletiva. Esse movimento desloca o foco do sujeito para o contexto, promovendo uma análise mais abrangente.

A mediação entre aluno, professor e família constitui uma das funções centrais desse profissional, exigindo habilidades comunicativas e interpretativas refinadas. Segundo Haas e Carvalho (2019), o psicopedagogo atua como articulador de diálogos, favorecendo a construção de entendimentos compartilhados sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes. Essa mediação contribui para a construção de vínculos mais sólidos e colaborativos entre os diferentes atores educacionais.

O estabelecimento de uma relação dialógica entre escola e família revela-se fundamental para o desenvolvimento de práticas educativas mais coerentes e eficazes. Nessa perspectiva, Vygotsky (2007) destaca que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais, o que reforça a importância da participação familiar no processo de aprendizagem. O psicopedagogo, ao intermediar essas relações, potencializa o desenvolvimento integral do educando.

A escuta qualificada se apresenta como um instrumento essencial no exercício da mediação, permitindo a compreensão das demandas explícitas e implícitas presentes nas relações institucionais. Wallon (2001) enfatiza a indissociabilidade entre emoção e cognição, indicando que dificuldades escolares muitas vezes refletem conflitos afetivos. O profissional, ao considerar essa dimensão, amplia as possibilidades de intervenção.

O diagnóstico institucional diferencia-se significativamente do diagnóstico clínico por não se restringir à avaliação individual do aluno. Conforme Pain (1985), compreender as dificuldades de aprendizagem requer a análise das condições em que o ensino ocorre, incluindo práticas pedagógicas, organização curricular e cultura escolar. O psicopedagogo investiga esses elementos para identificar entraves estruturais.

A leitura institucional implica observar rotinas, discursos e práticas que, muitas vezes, naturalizam processos excludentes. Segundo Carrara (2004), a escola pode reproduzir desigualdades ao não reconhecer as diferenças cognitivas e culturais dos alunos. O psicopedagogo, ao realizar o diagnóstico, busca evidenciar essas contradições e propor caminhos de transformação.

A análise documental e pedagógica integra o processo diagnóstico, permitindo a identificação de incoerências entre o projeto pedagógico e a prática cotidiana. Fávero e Centenaro (2019) destacam que documentos institucionais revelam concepções educacionais que orientam as ações escolares. O profissional examina esses materiais para compreender a intencionalidade educativa.

A observação do cotidiano escolar possibilita a identificação de padrões de interação que impactam diretamente a aprendizagem. Coll, Mauri e Onrubia (2008) apontam que o conhecimento é construído de forma compartilhada, o que reforça a importância de ambientes colaborativos. O psicopedagogo avalia se essas condições estão presentes na instituição.

A promoção de práticas inclusivas constitui outro eixo fundamental da atuação psicopedagógica institucional. A inclusão não se limita à presença física do aluno, mas envolve a garantia de participação efetiva no processo de aprendizagem. Oliveira (2017) argumenta que práticas inclusivas exigem mudanças estruturais e metodológicas no ambiente educacional.

A construção de uma cultura inclusiva demanda a revisão de concepções tradicionais de ensino, frequentemente centradas na homogeneização. Ischkanian et al. (2026) destacam que as tecnologias digitais podem favorecer a personalização do ensino, ampliando as possibilidades de inclusão. O psicopedagogo atua na orientação dessas práticas.

A formação continuada de professores aparece como estratégia essencial para a consolidação de práticas inclusivas. Lima et al. (2023) evidenciam que o conhecimento das neurociências contribui para a compreensão dos processos de aprendizagem. O psicopedagogo participa desse processo formativo, promovendo reflexões pedagógicas.

A intervenção preventiva caracteriza-se pela antecipação de possíveis dificuldades, evitando sua consolidação. Bender (2014) ressalta que metodologias diferenciadas podem atender à diversidade de estilos de aprendizagem. O psicopedagogo atua na orientação dessas práticas, contribuindo para um ensino mais eficaz.

A prevenção envolve também a criação de ambientes pedagógicos estimulantes, capazes de promover o interesse e o engajamento dos alunos. Bergmann e Sams (2012) apontam que abordagens inovadoras podem transformar a experiência de aprendizagem. O profissional incentiva a adoção dessas estratégias.

A atuação interventiva ocorre quando as dificuldades já estão instaladas, exigindo ações mais específicas e direcionadas. Segundo Silva (2014), o psicopedagogo desenvolve estratégias que consideram as particularidades dos alunos e do contexto institucional. Essa intervenção busca ressignificar o processo de aprendizagem.

A construção de planos de intervenção pedagógica exige uma análise detalhada das necessidades identificadas no diagnóstico institucional. Galvão e Ricarte (2019) enfatizam a importância da sistematização das informações para orientar decisões pedagógicas. O psicopedagogo organiza essas informações de forma estratégica.

A articulação com equipes multidisciplinares amplia as possibilidades de intervenção, integrando diferentes saberes. Pereira (2018) destaca que a atuação conjunta entre profissionais favorece uma compreensão mais completa das dificuldades educacionais. O psicopedagogo atua como elo nesse processo.

A incorporação das tecnologias digitais nas práticas psicopedagógicas amplia as formas de intervenção e acompanhamento. Azevedo et al. (2025) apontam que ambientes colaborativos podem potencializar a aprendizagem. O profissional orienta o uso pedagógico dessas ferramentas.

A análise crítica das práticas avaliativas também integra o trabalho psicopedagógico institucional. Muitas avaliações reforçam processos excludentes ao privilegiarem resultados padronizados. Narciso e Santana (2025) defendem a necessidade de repensar os critérios avaliativos para contemplar a diversidade.

A compreensão das dimensões emocionais envolvidas na aprendizagem orienta intervenções mais sensíveis e eficazes. Damásio (1994) evidencia a relação entre emoção e tomada de decisão, o que impacta diretamente o desempenho escolar. O psicopedagogo considera esses aspectos em sua atuação.

A valorização das múltiplas formas de saber contribui para a construção de uma educação mais democrática e inclusiva. Azevedo et al. (2025) destacam a importância do reconhecimento das diferentes formas de aprender. O psicopedagogo promove práticas que respeitam essa diversidade.

A intervenção institucional exige uma postura ética e comprometida com a transformação social. Visca (1987) propõe uma abordagem convergente que integra diferentes perspectivas teóricas. O psicopedagogo utiliza esse referencial para fundamentar sua prática.

A construção de uma cultura escolar reflexiva depende da capacidade de problematizar práticas naturalizadas. Silva et al. (2009) ressaltam a importância da pesquisa como instrumento de formação docente. O psicopedagogo estimula essa postura investigativa.

A atuação no contexto institucional requer constante atualização teórica e metodológica, considerando as mudanças sociais e educacionais. Morales (2022) destaca a importância de revisões sistemáticas para a construção do conhecimento científico. O psicopedagogo utiliza essas referências para qualificar sua prática.

O papel do psicopedagogo institucional revela-se, portanto, essencial para a construção de ambientes educativos mais inclusivos, críticos e transformadores. Bossa (2000) reforça que sua atuação contribui para a compreensão dos processos de aprendizagem em sua complexidade. Essa prática consolida-se como um elemento fundamental na promoção de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano integral.

2.5. INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS NO CONTEXTO INSTITUCIONAL

A psicopedagogia institucional configura-se como um campo de atuação que ultrapassa a análise individual do sujeito, concentrando-se nas dinâmicas coletivas e estruturais que influenciam os processos de aprendizagem. A compreensão dessa perspectiva requer o reconhecimento de que as dificuldades escolares não emergem isoladamente, mas se constroem nas interações entre sujeitos, práticas pedagógicas e contextos socioculturais, como defendem Bossa (2000) e Souza (2015). Nesse cenário, o psicopedagogo institucional assume um papel estratégico na leitura crítica da instituição como um sistema complexo.

A atuação desse profissional demanda uma escuta ampliada das relações estabelecidas no ambiente educacional, considerando tanto os aspectos pedagógicos quanto os emocionais e sociais envolvidos. A análise das interações entre alunos, professores e gestores constitui um eixo fundamental para compreender as barreiras à aprendizagem, conforme apontam Haas e Carvalho (2019). Tal abordagem favorece intervenções mais consistentes e contextualizadas.

O trabalho psicopedagógico institucional envolve a mediação entre diferentes atores do processo educativo, promovendo diálogo e construção conjunta de soluções. A relação entre família e escola, frequentemente marcada por tensões e expectativas divergentes, ganha novo significado quando mediada por um profissional qualificado, como sugerem Pereira (2018) e Oliveira (2017). Essa mediação contribui para alinhar objetivos educacionais e fortalecer vínculos.

A escuta qualificada do aluno, integrada à análise das práticas docentes, permite identificar fatores que dificultam o processo de aprendizagem. A perspectiva de Vygotsky (2007) enfatiza que o desenvolvimento ocorre nas interações sociais, o que reforça a

importância de intervenções que considerem o coletivo. O psicopedagogo, nesse contexto, atua como facilitador dessas interações.

A leitura institucional envolve o diagnóstico que ultrapassa o indivíduo e alcança a organização como um todo. A investigação das práticas pedagógicas, dos currículos e das políticas internas revela aspectos que podem estar contribuindo para dificuldades recorrentes, conforme discutido por Fávero e Centenaro (2019). Essa análise permite intervenções estruturais mais eficazes.

O diagnóstico institucional exige instrumentos metodológicos rigorosos, baseados na análise documental e na observação participante. Creswell (2021) destaca a relevância da sistematização dos dados para garantir consistência interpretativa. O psicopedagogo utiliza esses recursos para compreender a complexidade do ambiente educacional.

A promoção de práticas inclusivas constitui um dos pilares da atuação psicopedagógica institucional. A valorização das diferenças e o reconhecimento das múltiplas formas de aprender são fundamentais para a construção de uma escola democrática, como defendem Azevedo et al. (2025). Essa perspectiva rompe com modelos homogêneos de ensino.

A inclusão não se limita ao acesso físico à escola, mas envolve a participação efetiva de todos os estudantes no processo educativo. A adaptação de metodologias e a flexibilização curricular tornam-se estratégias essenciais, conforme indicado por Cabral (2022). O psicopedagogo contribui para essa transformação pedagógica.

A atuação preventiva caracteriza-se pela antecipação de dificuldades e pela criação de condições favoráveis à aprendizagem. A identificação de sinais iniciais de desmotivação ou dificuldades cognitivas permite intervenções precoces, como ressaltam Lima et al. (2023). Esse enfoque reduz a necessidade de intervenções remediativas.

A dimensão interventiva, por sua vez, envolve ações direcionadas à superação de dificuldades já instaladas. O trabalho coletivo com professores possibilita a reformulação de práticas pedagógicas, conforme defendem Filho et al. (2023). Essa colaboração fortalece o ambiente escolar.

A formação continuada de professores emerge como estratégia fundamental para a melhoria da qualidade do ensino. A atualização pedagógica permite a incorporação de novas abordagens e tecnologias, como destacam Ischkanian et al. (2026). O psicopedagogo atua como articulador desse processo formativo.

A integração entre neurociência e educação amplia as possibilidades de compreensão das dificuldades de aprendizagem. Estudos de Filho et al. (2023) indicam que o conhecimento sobre o funcionamento cerebral contribui para práticas pedagógicas mais eficazes. O psicopedagogo incorpora essas contribuições em sua atuação.

A construção de ambientes de aprendizagem significativos depende da articulação entre teoria e prática. Coll, Mauri e Onrubia (2008) destacam a importância da aprendizagem colaborativa nesse processo. O psicopedagogo favorece a implementação dessas estratégias.

O uso de tecnologias digitais pode potencializar práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Azevedo et al. (2025) ressaltam que ambientes colaborativos ampliam as possibilidades de aprendizagem. O psicopedagogo orienta o uso pedagógico dessas ferramentas.

A análise das emoções no processo de aprendizagem revela a importância do vínculo afetivo. Damásio (1994) demonstra que emoção e cognição estão interligadas, influenciando o desempenho escolar. O psicopedagogo considera essa dimensão em suas intervenções.

A compreensão das dificuldades de aprendizagem exige uma abordagem interdisciplinar. Carrara (2004) destaca que diferentes perspectivas teóricas contribuem para uma análise mais completa. O psicopedagogo articula esses saberes em sua prática.

A atuação institucional envolve a construção de projetos pedagógicos que respondam às demandas contemporâneas. Bender (2014) propõe metodologias ativas que favorecem o protagonismo do aluno. O psicopedagogo incentiva a adoção dessas práticas.

A aprendizagem significativa depende da conexão entre novos conhecimentos e experiências prévias. Oliveira Filho et al. (2023) ressaltam a importância dessa articulação para a consolidação do aprendizado. O psicopedagogo promove estratégias que favoreçam esse processo.

A análise crítica das práticas escolares permite identificar padrões que dificultam a aprendizagem. Galvão e Ricarte (2019) destacam a importância da revisão sistemática para compreender fenômenos educacionais. O psicopedagogo utiliza essa abordagem em sua análise institucional.

A intervenção psicopedagógica requer sensibilidade para compreender as singularidades dos sujeitos. Pain (1985) enfatiza a importância do diagnóstico preciso para orientar o tratamento. O psicopedagogo aplica esse princípio no contexto institucional.

A construção de uma cultura escolar inclusiva depende do engajamento de toda a comunidade educativa. Santos et al. (2025) destacam o papel das relações afetivas nesse processo. O psicopedagogo atua como mediador dessas relações.

A reflexão sobre as práticas pedagógicas contribui para a transformação do ensino. Silva (2014) aponta que a psicopedagogia pode promover mudanças significativas na educação superior. O psicopedagogo amplia essa perspectiva para diferentes níveis de ensino.

A atuação institucional exige constante atualização e reflexão crítica. Narciso e Santana (2025) destacam a necessidade de inovação nas metodologias educacionais. O psicopedagogo incorpora essas tendências em sua prática.

A construção de uma educação inclusiva e significativa depende da articulação entre teoria, prática e contexto. Visca (1987) propõe uma epistemologia que integra diferentes dimensões do conhecimento. O psicopedagogo institucional materializa essa integração em sua atuação.

A consolidação do papel do psicopedagogo institucional revela sua importância na promoção de uma educação mais equitativa e transformadora. A articulação entre diagnóstico, intervenção e prevenção evidencia a complexidade de sua atuação, reafirmando sua relevância no cenário educacional contemporâneo.

2.6. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPACTO DAS INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS

A avaliação institucional das ações psicopedagógicas constitui um eixo estruturante para a consolidação de práticas educacionais consistentes e transformadoras. A análise contínua dessas intervenções permite compreender não apenas seus resultados imediatos, mas também seus desdobramentos ao longo do tempo, como indicam Galvão e Ricarte (2019), ao enfatizarem a relevância da sistematização de dados para a produção de conhecimento educacional confiável.

A construção de processos avaliativos exige uma compreensão ampliada da instituição como um organismo dinâmico, atravessado por múltiplas relações e influências. Nesse sentido, Fávero e Centenaro (2019) destacam que a análise institucional deve considerar tanto os aspectos formais quanto os informais que estruturam o cotidiano escolar, permitindo uma leitura mais profunda das práticas pedagógicas.

A avaliação contínua das intervenções psicopedagógicas possibilita a identificação de avanços e limitações nas estratégias adotadas. Creswell (2021) ressalta que a coleta e interpretação sistemática de dados favorecem decisões mais assertivas, contribuindo para o aprimoramento das ações desenvolvidas no contexto educacional.

O acompanhamento dos resultados das práticas psicopedagógicas requer a definição de indicadores que reflitam a complexidade do processo de aprendizagem. Tais indicadores não se restringem ao desempenho acadêmico, mas incluem aspectos socioemocionais, relacionais e institucionais, conforme apontam Lima et al. (2023), ao discutirem a natureza multifacetada da aprendizagem.

A análise dos impactos das intervenções deve considerar a transformação das práticas pedagógicas ao longo do tempo. Filho et al. (2023) evidenciam que mudanças significativas no ensino ocorrem quando há integração entre conhecimento científico e prática docente, o que reforça a importância de avaliações que contemplem essa articulação.

A avaliação institucional também desempenha um papel fundamental na promoção da cultura reflexiva dentro da escola. Segundo Narciso e Santana (2025), a reflexão crítica sobre as práticas educativas favorece a inovação e o desenvolvimento profissional, contribuindo para a construção de ambientes de aprendizagem mais eficazes.

A participação dos diferentes atores institucionais no processo avaliativo amplia a legitimidade e a efetividade das análises realizadas. Professores, gestores, estudantes e famílias oferecem perspectivas complementares que enriquecem a compreensão das intervenções, como sugerem Haas e Carvalho (2019) ao discutirem a atuação colaborativa no contexto escolar.

A análise qualitativa das intervenções permite captar nuances que não são evidenciadas por dados quantitativos. Silva et al. (2009) defendem que a pesquisa documental e interpretativa possibilita uma compreensão mais profunda dos fenômenos educacionais, favorecendo avaliações mais sensíveis às especificidades do contexto.

A avaliação das ações psicopedagógicas contribui para a identificação de práticas exitosas que podem ser replicadas ou adaptadas em diferentes contextos. A sistematização dessas experiências fortalece o campo educacional, como indicam Azevedo et al. (2025) ao destacarem o potencial das práticas colaborativas mediadas por tecnologias.

A análise dos resultados também evidencia a necessidade de ajustes nas estratégias adotadas, permitindo intervenções mais alinhadas às demandas reais dos estudantes. Oliveira Filho et al. (2023) ressaltam que a aprendizagem significativa depende da adequação das práticas às características dos sujeitos envolvidos.

A dimensão formativa da avaliação institucional se revela na medida em que os resultados obtidos orientam processos de formação continuada. Ischkanian et al. (2026) apontam que a incorporação de tecnologias e metodologias inovadoras exige constante atualização dos profissionais da educação.

A avaliação das intervenções psicopedagógicas deve considerar o impacto na inclusão escolar, verificando se as práticas adotadas promovem equidade e participação. Cabral (2022) destaca que propostas pedagógicas inovadoras devem ser analisadas quanto à sua capacidade de atender à diversidade dos estudantes.

A análise das relações interpessoais no ambiente escolar constitui um aspecto central da avaliação institucional. Santos et al. (2025) enfatizam que vínculos afetivos positivos

favorecem o desenvolvimento integral dos alunos, sendo um indicador relevante da eficácia das intervenções.

A avaliação contínua permite identificar fatores externos que influenciam os resultados das ações psicopedagógicas. Lima (2016) aponta que aspectos socioeconômicos e familiares impactam diretamente o desempenho escolar, devendo ser considerados nas análises institucionais.

A utilização de diferentes instrumentos avaliativos amplia a confiabilidade dos resultados obtidos. Questionários, entrevistas, observações e análise documental compõem um conjunto de ferramentas que possibilitam uma visão abrangente do contexto educacional, conforme orienta Creswell (2021).

A análise longitudinal das intervenções permite compreender seus efeitos ao longo do tempo, evitando interpretações precipitadas. Galvão e Ricarte (2019) destacam que estudos contínuos favorecem a identificação de tendências e padrões no campo educacional.

A avaliação institucional contribui para a construção de políticas educacionais mais eficazes. Pereira (2018) ressalta que decisões fundamentadas em evidências fortalecem a gestão educacional e promovem melhorias significativas no ensino.

A reflexão sobre os resultados das intervenções favorece a autonomia dos profissionais da educação, estimulando a tomada de decisões fundamentadas. Carrara (2004) destaca a importância da formação crítica para a atuação docente.

A avaliação das práticas psicopedagógicas também permite identificar lacunas no processo formativo dos professores. Ischkanian et al. (2022) apontam que a inovação pedagógica depende da capacidade de adaptação às novas demandas educacionais.

A análise dos impactos das intervenções evidencia a importância da articulação entre diferentes áreas do conhecimento. Damásio (1994) demonstra que aspectos emocionais e cognitivos estão interligados, reforçando a necessidade de abordagens integradas.

A avaliação institucional favorece a construção de uma cultura de responsabilidade compartilhada. Todos os atores envolvidos no processo educativo tornam-se corresponsáveis pelos resultados, promovendo maior engajamento e compromisso.

A sistematização dos dados avaliativos contribui para a produção de conhecimento científico no campo da psicopedagogia. Narciso e Santana (2025) destacam que a pesquisa educacional desempenha um papel fundamental na transformação das práticas pedagógicas.

A análise crítica das intervenções permite superar práticas tradicionais que não respondem às demandas contemporâneas. Bender (2014) propõe metodologias que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, sendo fundamentais para a inovação educacional.

A avaliação institucional, quando realizada de forma contínua e reflexiva, transforma-se em instrumento de mudança e aprimoramento. Souza (2015) enfatiza que a psicopedagogia institucional deve atuar de maneira estratégica na construção de ambientes educacionais mais inclusivos.

A compreensão dos impactos das intervenções psicopedagógicas revela a complexidade do processo educativo e a necessidade de abordagens integradas. A avaliação contínua, fundamentada em evidências e orientada pela reflexão crítica, consolida-se como elemento indispensável para a promoção de uma educação de qualidade, comprometida com o desenvolvimento pleno dos sujeitos.

2.6.1. Monitoramento dos processos de ensino e aprendizagem

O monitoramento contínuo dos processos de ensino e aprendizagem constitui uma dimensão essencial da atuação psicopedagógica institucional, pois permite acompanhar de forma sistemática o desenvolvimento dos estudantes e a eficácia das práticas pedagógicas implementadas. Esse acompanhamento ultrapassa a simples observação de resultados finais, envolvendo a análise das trajetórias de aprendizagem, dos ritmos individuais e das interações estabelecidas no ambiente escolar. Nessa perspectiva, Lima et al. 2023 destacam que a compreensão dos processos cognitivos e das bases neurocientíficas da aprendizagem contribui para uma observação mais qualificada e sensível às necessidades dos alunos.

A prática de monitoramento envolve instrumentos variados, como registros descritivos, análise de produções dos estudantes, observações em sala e reuniões pedagógicas. Essa diversidade metodológica permite ao psicopedagogo identificar padrões, dificuldades recorrentes e potencialidades pouco exploradas. Segundo Haas e Carvalho 2019, a atuação do psicopedagogo no contexto escolar demanda uma leitura ampla da realidade institucional, integrando dados qualitativos e quantitativos para subsidiar intervenções mais assertivas.

No cotidiano escolar, esse monitoramento pode ser exemplificado pela análise contínua do desempenho de uma turma em leitura e escrita, na qual o profissional identifica avanços graduais, estagnações ou retrocessos. A partir dessas observações, torna-se possível propor ajustes nas estratégias didáticas, favorecendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada, conforme defendem Oliveira Filho et al. 2023 ao enfatizarem a importância de práticas pedagógicas alinhadas aos processos reais de construção do conhecimento.

2.6.2. Avaliação diagnóstica e formativa no contexto institucional

A avaliação diagnóstica assume papel central na identificação das condições iniciais de aprendizagem dos estudantes, permitindo mapear conhecimentos prévios, dificuldades

específicas e estilos cognitivos. Esse tipo de avaliação não se restringe ao início do processo educativo, sendo retomado sempre que necessário para reorientar práticas pedagógicas. Carrara 2004 ressalta que compreender o sujeito em sua singularidade é fundamental para qualquer intervenção educativa consistente.

A avaliação formativa, por sua vez, caracteriza-se como um processo contínuo que acompanha o desenvolvimento do aluno ao longo do tempo, fornecendo feedbacks constantes e orientando tanto o ensino quanto a aprendizagem. Esse modelo rompe com a lógica classificatória e valoriza o percurso do estudante, promovendo uma cultura avaliativa mais inclusiva. De acordo com Vygotsky 2007, o aprendizado ocorre na interação social e na mediação, o que reforça a importância de avaliações que considerem o processo e não apenas o produto.

No contexto institucional, um exemplo prático envolve a aplicação de atividades diagnósticas no início de um projeto pedagógico, seguida de avaliações formativas periódicas que permitam verificar o progresso dos alunos. Esse acompanhamento contínuo possibilita intervenções mais precisas, favorecendo a construção de estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades reais da turma.

2.6.3. Indicadores de melhoria no desempenho escolar

A identificação de indicadores de melhoria no desempenho escolar constitui um elemento fundamental para avaliar a eficácia das intervenções psicopedagógicas. Esses indicadores podem incluir avanços nas habilidades acadêmicas, maior participação em sala, desenvolvimento da autonomia e melhoria nas relações interpessoais. Segundo Belchior et al. 2025, a avaliação do desempenho não deve se limitar a métricas tradicionais como notas, mas considerar aspectos mais amplos do desenvolvimento cognitivo e socioemocional.

A construção desses indicadores exige uma abordagem integrada que considere diferentes dimensões da aprendizagem. Elementos como frequência escolar, engajamento nas atividades e evolução nas competências específicas tornam-se parâmetros relevantes para análise. Nesse sentido, Galvão e Ricarte 2019 destacam a importância de metodologias sistemáticas na organização e interpretação de dados educacionais, garantindo maior rigor na avaliação.

Um exemplo ilustrativo pode ser observado em uma escola que implementa um projeto de leitura e acompanha ao longo do tempo o aumento da fluência leitora, da compreensão textual e do interesse dos alunos por atividades literárias. Esses dados, quando analisados de forma articulada, evidenciam o impacto positivo das intervenções realizadas.

2.6.4. Análise do impacto das intervenções no coletivo turmas e escola

A análise do impacto das intervenções psicopedagógicas no coletivo escolar amplia a compreensão sobre os efeitos das práticas adotadas, deslocando o foco do indivíduo para o grupo. Essa perspectiva permite avaliar mudanças na dinâmica das turmas, no clima escolar e nas práticas pedagógicas institucionais. Coll, Mauri e Onrubia 2008 enfatizam que a construção do conhecimento ocorre de forma compartilhada, o que reforça a necessidade de análises que considerem o coletivo.

No contexto escolar, intervenções que promovem metodologias ativas, trabalho colaborativo e inclusão tendem a produzir efeitos que ultrapassam os resultados individuais. Essas mudanças podem ser percebidas na maior participação dos alunos, na redução de conflitos e no fortalecimento das relações interpessoais. Segundo Ischkanian et al. 2026, o uso de tecnologias e estratégias inovadoras pode potencializar esses resultados, favorecendo ambientes de aprendizagem mais dinâmicos e inclusivos.

Um exemplo concreto envolve a implementação de projetos interdisciplinares em uma escola, nos quais os alunos trabalham em grupos para resolver problemas reais. A análise do impacto dessas ações pode revelar desenvolvimento no trabalho em equipe, maior engajamento e avanço nas competências socioemocionais, evidenciando a relevância das intervenções em nível coletivo.

2.6.5. Ajustes nas práticas pedagógicas a partir dos resultados obtidos

A avaliação institucional ganha sentido pleno quando os resultados obtidos são utilizados para promover ajustes nas práticas pedagógicas. Esse movimento exige uma postura reflexiva por parte dos profissionais da educação, que precisam interpretar os dados coletados e transformá-los em ações concretas. Segundo Narciso e Santana 2025, a revisão crítica das práticas educativas é essencial para a construção de novos caminhos no processo de ensino e aprendizagem.

Os ajustes pedagógicos podem envolver mudanças metodológicas, reorganização curricular, adaptação de materiais didáticos e revisão das estratégias avaliativas. Essa flexibilidade permite atender às necessidades dos estudantes de forma mais eficaz, promovendo uma aprendizagem mais equitativa. De acordo com Lima 2016, a formação docente desempenha papel central nesse processo, pois professores preparados tendem a responder de maneira mais adequada aos desafios educacionais.

Na prática, um exemplo pode ser observado quando uma equipe pedagógica identifica dificuldades generalizadas em matemática e decide implementar novas abordagens, como o uso de recursos concretos e atividades lúdicas. A partir da análise dos resultados, essas mudanças

são ajustadas continuamente, garantindo maior efetividade no processo educativo e contribuindo para a melhoria do desempenho escolar de forma consistente.

2.7. PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E O USO DE TECNOLOGIA NA APRENDIZAGEM

A psicopedagogia institucional, ao incorporar tecnologias digitais no contexto educacional, amplia significativamente suas possibilidades de intervenção, análise e mediação dos processos de aprendizagem. O cenário contemporâneo impõe novas demandas às instituições de ensino, exigindo práticas que dialoguem com a cultura digital e com as transformações cognitivas associadas ao uso de recursos tecnológicos. Nesse sentido, Azevedo et al. 2025 destacam que as tecnologias digitais, quando integradas de maneira intencional, favorecem a construção de experiências colaborativas e significativas no ambiente educacional.

A presença das tecnologias no cotidiano escolar não deve ser compreendida apenas como uma inovação instrumental, mas como uma mudança paradigmática na forma como o conhecimento é produzido, compartilhado e apropriado. Coll, Mauri e Onrubia 2008 apontam que as tecnologias da informação e comunicação reconfiguram os processos de construção do conhecimento, promovendo interações mais dinâmicas e descentralizadas. Tal perspectiva exige do psicopedagogo uma leitura ampliada das práticas pedagógicas e dos modos de aprender contemporâneos.

O psicopedagogo institucional passa a atuar como mediador entre sujeitos e tecnologias, interpretando como esses recursos influenciam a aprendizagem e propondo intervenções que potencializem seu uso pedagógico. Bossa 2000 enfatiza que a psicopedagogia, ao se constituir como campo interdisciplinar, precisa dialogar com diferentes saberes para compreender as dificuldades de aprendizagem em sua complexidade. A inserção das tecnologias amplia esse campo de análise, exigindo novas competências profissionais.

A integração de recursos digitais no processo educativo possibilita a personalização do ensino, permitindo que diferentes estilos e ritmos de aprendizagem sejam contemplados. Ischkanian et al. 2026 evidenciam que ferramentas digitais, especialmente aquelas baseadas em inteligência artificial, podem favorecer avaliações adaptativas e percursos personalizados de aprendizagem. Essa possibilidade reforça o papel do psicopedagogo na construção de estratégias inclusivas.

A aprendizagem mediada por tecnologias também favorece a autonomia dos estudantes, estimulando a autoria, a investigação e a resolução de problemas. Bender 2014 argumenta que metodologias baseadas em projetos, quando associadas a recursos digitais, ampliam o engajamento dos alunos e promovem aprendizagens mais profundas. O

psicopedagogo, nesse contexto, atua como orientador de processos investigativos, auxiliando na organização do pensamento e na construção de sentido.

O uso de ambientes virtuais de aprendizagem possibilita o acompanhamento contínuo do desempenho dos estudantes, oferecendo dados relevantes para a análise psicopedagógica. Creswell 2021 ressalta a importância da coleta e interpretação sistemática de dados na pesquisa educacional, o que pode ser transposto para o contexto institucional. Esses registros permitem identificar padrões de aprendizagem e dificuldades recorrentes.

A gamificação surge como uma estratégia relevante no uso de tecnologias, promovendo motivação e engajamento por meio de elementos lúdicos. Kapp 2012 destaca que a incorporação de mecânicas de jogos no ensino pode favorecer a persistência e o envolvimento dos alunos. O psicopedagogo pode analisar como esses elementos impactam o comportamento e o desempenho dos estudantes.

A sala de aula invertida representa outra possibilidade significativa de integração tecnológica, reorganizando o tempo e o espaço da aprendizagem. Bergmann e Sams 2012 defendem que essa abordagem permite que o aluno tenha contato prévio com os conteúdos, utilizando o tempo em sala para aprofundamento e discussão. Essa reorganização exige acompanhamento psicopedagógico para garantir que todos os estudantes consigam se beneficiar da proposta.

Os espaços maker constituem ambientes ricos para a aprendizagem ativa, integrando tecnologia, criatividade e resolução de problemas. Azevedo et al. 2025 apontam que esses espaços favorecem o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais por meio da experimentação. O psicopedagogo pode atuar na organização dessas experiências, garantindo que sejam inclusivas e significativas.

A análise das dificuldades de aprendizagem no contexto digital requer atenção às novas formas de dispersão e sobrecarga cognitiva. Damásio 1994 contribui ao destacar a relação entre emoção, cognição e tomada de decisão, aspecto relevante na compreensão do comportamento dos estudantes diante das tecnologias. O uso excessivo ou inadequado de recursos digitais pode impactar negativamente a aprendizagem.

A mediação psicopedagógica deve considerar o equilíbrio entre o uso pedagógico e os riscos associados às tecnologias. Cabral e Raimundo 2023 discutem a necessidade de integrar tecnologia e educação de forma crítica, evitando práticas superficiais ou meramente instrumentais. O psicopedagogo assume um papel orientador na construção desse equilíbrio.

A formação docente emerge como elemento central para a efetiva integração das tecnologias na aprendizagem. Lima et al. 2023 destacam que professores preparados conseguem utilizar recursos tecnológicos de forma mais consciente e alinhada aos objetivos

pedagógicos. O psicopedagogo pode contribuir na formação continuada, promovendo reflexões sobre práticas educativas.

A avaliação da aprendizagem mediada por tecnologias exige novas abordagens, que considerem processos, interações e produções digitais. Galvão e Ricarte 2019 enfatizam a importância de metodologias rigorosas na análise de dados, o que se aplica à avaliação educacional. O psicopedagogo pode colaborar na construção de instrumentos avaliativos mais adequados ao contexto digital.

A inclusão digital constitui um desafio relevante no cenário educacional, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Azevedo et al. 2025 destacam a necessidade de garantir acesso equitativo às tecnologias, evitando a ampliação das desigualdades educacionais. O psicopedagogo pode atuar na identificação dessas barreiras e na proposição de estratégias inclusivas.

A aprendizagem colaborativa é potencializada pelo uso de tecnologias, permitindo a construção coletiva do conhecimento. Coll, Mauri e Onrubia 2008 ressaltam que a interação entre pares favorece a aprendizagem significativa. O psicopedagogo pode estimular práticas colaborativas mediadas por recursos digitais.

A análise institucional das práticas tecnológicas permite identificar avanços e desafios na integração dessas ferramentas. Haas e Carvalho 2019 apontam que o olhar institucional do psicopedagogo contribui para a compreensão das dinâmicas escolares. Essa análise subsidia intervenções mais amplas e consistentes.

A ética no uso das tecnologias constitui um aspecto fundamental a ser considerado no contexto educacional. Ischkanian et al. 2026 discutem a importância de práticas responsáveis no uso de dados e recursos digitais. O psicopedagogo pode promover reflexões sobre o uso consciente das tecnologias.

A relação entre linguagem e tecnologia revela novas formas de expressão e comunicação no ambiente escolar. Vygotsky 2007 destaca a importância da linguagem na construção do pensamento, aspecto que se transforma no contexto digital. O psicopedagogo deve considerar essas mudanças em suas intervenções.

A criatividade é estimulada por meio de recursos tecnológicos que permitem a produção de conteúdos multimodais. Ferreira et al. 2025 evidenciam que a expressão simbólica contribui para o desenvolvimento emocional e cognitivo. O psicopedagogo pode incentivar práticas criativas mediadas por tecnologias.

A análise dos dados educacionais gerados por plataformas digitais possibilita intervenções mais precisas e fundamentadas. Creswell 2021 ressalta a relevância da análise de

dados na tomada de decisões. O psicopedagogo pode utilizar essas informações para orientar práticas pedagógicas.

A integração entre neurociência e tecnologia amplia a compreensão dos processos de aprendizagem. Filho et al. 2023 destacam que o conhecimento sobre o funcionamento do cérebro contribui para práticas educativas mais eficazes. O psicopedagogo pode articular essas áreas em suas intervenções.

A construção de ambientes virtuais inclusivos exige planejamento e sensibilidade às diferenças individuais. Oliveira 2017 aponta que a educação inclusiva depende de práticas adaptadas às necessidades dos alunos. O psicopedagogo pode contribuir na organização desses ambientes.

A reflexão crítica sobre o uso das tecnologias evita a reprodução de práticas tradicionais em formatos digitais. Narciso e Santana 2025 defendem a necessidade de inovação pedagógica fundamentada. O psicopedagogo pode estimular essa reflexão no contexto institucional.

A articulação entre teoria e prática fortalece a atuação psicopedagógica no uso das tecnologias. Pain 1985 destaca a importância do diagnóstico e da intervenção fundamentados teoricamente. O psicopedagogo deve integrar conhecimentos diversos em sua prática.

A psicopedagogia institucional, ao dialogar com as tecnologias digitais, consolida-se como campo essencial na promoção de aprendizagens significativas, inclusivas e contextualizadas, respondendo às demandas contemporâneas com rigor teórico e sensibilidade prática.

2.8. AEE: PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A psicopedagogia institucional no contexto do Atendimento Educacional Especializado revela-se como um campo de atuação que transcende a intervenção individual, assumindo uma perspectiva sistêmica e inclusiva no interior das instituições de ensino. Tal abordagem considera a complexidade dos processos de aprendizagem e a necessidade de compreender o sujeito em suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, Ischkanian et al. (2026) destacam que a integração entre tecnologia, cognição e práticas pedagógicas inclusivas amplia significativamente as possibilidades de intervenção no cenário educacional contemporâneo. A atuação psicopedagógica institucional no AEE, portanto, não se restringe à remediação de dificuldades, mas busca reconfigurar práticas e concepções pedagógicas.

A construção de uma educação inclusiva exige a compreensão de que as diferenças não constituem obstáculos, mas elementos constitutivos do processo educativo. A literatura aponta que a valorização das singularidades cognitivas e culturais favorece ambientes mais

equitativos e produtivos. Azevedo et al. (2025) enfatizam que reconhecer múltiplas formas de saber implica romper com paradigmas homogêneos que historicamente marcaram a educação formal. O psicopedagogo institucional atua, nesse contexto, como agente de transformação, promovendo leituras críticas sobre práticas excludentes.

A inserção do AEE nas instituições educacionais demanda reorganizações estruturais que ultrapassam adaptações superficiais. A psicopedagogia institucional contribui ao analisar as dinâmicas escolares e propor intervenções que dialoguem com as necessidades reais dos estudantes. Haas e Carvalho (2019) ressaltam que a atuação psicopedagógica deve considerar fatores pedagógicos, emocionais e sociais de forma integrada. Essa perspectiva amplia a compreensão do processo educativo como fenômeno complexo e interdependente.

A mediação entre diferentes atores institucionais constitui uma das dimensões centrais da prática psicopedagógica. O diálogo entre professores, gestores, famílias e estudantes favorece a construção de estratégias mais coerentes com a realidade escolar. Vygotsky (2007) aponta que o desenvolvimento humano ocorre em interação social, reforçando a importância de práticas mediadas no contexto educativo. O psicopedagogo institucional atua como facilitador dessas interações, promovendo articulações significativas.

A presença das tecnologias digitais no AEE amplia horizontes pedagógicos e possibilita novas formas de acesso ao conhecimento. A utilização de recursos digitais favorece a personalização da aprendizagem e contribui para a inclusão de estudantes com diferentes perfis. Coll, Mauri e Onrubia (2008) argumentam que as tecnologias potencializam a construção compartilhada do conhecimento. Nesse cenário, a psicopedagogia institucional desempenha papel estratégico na seleção e mediação desses recursos.

A formação docente constitui um eixo fundamental para a efetivação de práticas inclusivas. O psicopedagogo institucional atua na promoção de espaços formativos que problematizam concepções tradicionais de ensino. Bergmann e Sams (2012) destacam que metodologias inovadoras, como a sala de aula invertida, favorecem a autonomia dos estudantes. A incorporação dessas práticas requer reflexão crítica e acompanhamento contínuo, aspectos nos quais a psicopedagogia exerce papel relevante.

A análise das dificuldades de aprendizagem no contexto institucional demanda uma abordagem que vá além do diagnóstico individual. A psicopedagogia institucional investiga as condições pedagógicas e organizacionais que influenciam o desempenho dos estudantes. Bossa (2000) defende que os problemas de aprendizagem devem ser compreendidos em sua dimensão relacional e contextual. Essa compreensão orienta intervenções mais eficazes e sustentáveis.

O AEE se configura como espaço privilegiado para a construção de estratégias pedagógicas diferenciadas. A atuação psicopedagógica nesse ambiente visa garantir o acesso, a

permanência e o sucesso escolar dos estudantes. Braga et al. (2025) destacam a importância de metodologias específicas, como o método fônico, no desenvolvimento da linguagem. A escolha dessas estratégias deve considerar as características individuais e coletivas dos alunos.

A articulação entre emoção e cognição constitui elemento essencial para a aprendizagem significativa. A psicopedagogia institucional reconhece que aspectos emocionais influenciam diretamente o desempenho acadêmico. Damásio (1994) evidencia que emoção e razão estão intrinsecamente relacionadas nos processos cognitivos. Essa perspectiva orienta práticas que consideram o sujeito em sua totalidade.

A inclusão educacional requer práticas pedagógicas que promovam a participação ativa dos estudantes. O psicopedagogo institucional contribui para a construção de ambientes que favoreçam o engajamento e a autonomia. Bender (2014) aponta que a aprendizagem baseada em projetos estimula o protagonismo discente. A implementação dessas metodologias demanda acompanhamento e avaliação constantes.

A utilização de tecnologias assistivas no AEE amplia as possibilidades de acesso ao currículo. O psicopedagogo institucional atua na identificação e implementação desses recursos. Ischkanian et al. (2022) destacam que a tecnologia pode ser aliada na promoção da inclusão educacional. A mediação adequada desses instrumentos potencializa o desenvolvimento dos estudantes.

A construção de práticas inclusivas exige uma revisão das concepções de avaliação. A psicopedagogia institucional propõe abordagens avaliativas que considerem processos e não apenas resultados. Creswell (2021) ressalta a importância de métodos diversificados na avaliação educacional. Essa perspectiva contribui para uma compreensão mais ampla do desempenho dos alunos.

O trabalho coletivo no ambiente escolar favorece a construção de soluções mais eficazes para os desafios educacionais. O psicopedagogo institucional atua como articulador dessas ações. Cabral e Raimundo (2023) destacam a importância da colaboração entre profissionais da educação. Essa atuação fortalece a cultura institucional e promove mudanças significativas.

A inclusão de estudantes com necessidades específicas demanda práticas pedagógicas flexíveis e adaptáveis. A psicopedagogia institucional contribui para a elaboração de estratégias que respeitem essas singularidades. Oliveira (2017) enfatiza a importância da adaptação curricular no contexto inclusivo. Essas adaptações devem ser planejadas de forma intencional e fundamentada.

A presença do AEE nas instituições educacionais representa um avanço nas políticas de inclusão. O psicopedagogo institucional atua na consolidação dessas políticas no cotidiano

escolar. Pereira (2018) destaca a relevância das políticas públicas na promoção da inclusão educacional. A efetivação dessas políticas depende de práticas coerentes e comprometidas.

A compreensão dos processos de aprendizagem exige a articulação entre diferentes áreas do conhecimento. A psicopedagogia institucional dialoga com a neurociência, a psicologia e a pedagogia. Lima et al. (2023) apontam que a integração dessas áreas potencializa a prática educativa. Essa abordagem interdisciplinar enriquece as intervenções no AEE.

A construção de ambientes inclusivos requer a valorização da diversidade cultural e social. O psicopedagogo institucional promove práticas que reconhecem essas diferenças como potencialidades. Azevedo et al. (2025) destacam a importância do reconhecimento das múltiplas formas de saber. Essa valorização contribui para a construção de uma educação mais democrática.

A utilização de metodologias ativas no AEE favorece o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais. O psicopedagogo institucional incentiva a adoção dessas práticas. Kapp (2012) aponta que a gamificação pode aumentar o engajamento dos estudantes. A aplicação dessas estratégias deve ser planejada de forma crítica e contextualizada.

A análise institucional constitui ferramenta fundamental para a atuação psicopedagógica. O diagnóstico das práticas escolares permite a identificação de necessidades e potencialidades. Fávero e Centenaro (2019) destacam a importância da pesquisa documental na análise educacional. Essa abordagem subsidia a elaboração de intervenções mais consistentes.

A formação continuada dos profissionais da educação é essencial para a consolidação da inclusão. O psicopedagogo institucional atua como formador e mediador de conhecimentos. Narciso e Santana (2025) ressaltam a necessidade de revisão das metodologias educacionais. Esse processo formativo contribui para a transformação das práticas pedagógicas.

A articulação entre teoria e prática constitui elemento central na atuação psicopedagógica. O AEE oferece espaço para a experimentação de estratégias inovadoras. Visca (1987) propõe uma epistemologia convergente que integra diferentes perspectivas. Essa abordagem favorece a construção de conhecimentos significativos.

A promoção da autonomia dos estudantes constitui objetivo fundamental da educação inclusiva. O psicopedagogo institucional contribui para o desenvolvimento dessa competência. Wallon (2001) destaca a importância das relações sociais no desenvolvimento humano. A construção da autonomia ocorre em interação com o outro e com o meio.

A análise dos resultados das intervenções psicopedagógicas permite a reorientação das práticas educativas. O acompanhamento contínuo garante maior eficácia das ações desenvolvidas. Galvão e Ricarte (2019) apontam a relevância da revisão sistemática na produção de conhecimento. Essa prática fortalece a base teórica das intervenções.

A inclusão educacional exige compromisso ético e político com a transformação social. O psicopedagogo institucional atua como agente dessa transformação. Souza (2015) destaca o papel da psicopedagogia na construção de práticas mais justas. Essa atuação contribui para a consolidação de uma educação inclusiva e de qualidade.

A integração entre tecnologia, psicopedagogia e educação inclusiva representa um caminho promissor para o futuro da educação. O AEE, mediado por práticas inovadoras, amplia as possibilidades de aprendizagem. Ischkanian et al. (2026) evidenciam que a personalização do ensino, aliada às tecnologias emergentes, favorece a inclusão. Esse cenário aponta para a necessidade de práticas cada vez mais articuladas e sensíveis às demandas contemporâneas.

2.9. PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

A psicopedagogia institucional, ao dialogar com as políticas públicas educacionais, revela-se como um campo estratégico para a compreensão das dinâmicas de aprendizagem no interior das instituições escolares. A análise desse entrelaçamento exige a consideração de múltiplos fatores históricos, sociais e pedagógicos que configuram o cenário educacional contemporâneo. Nesse contexto, Bossa (2000) destaca que a psicopedagogia, ao ultrapassar a dimensão clínica, assume papel relevante na interpretação dos processos coletivos de ensino e aprendizagem, ampliando sua atuação para além das dificuldades individuais.

A relação entre políticas públicas e práticas psicopedagógicas evidencia tensões e possibilidades que impactam diretamente a qualidade da educação ofertada. As diretrizes educacionais formuladas em âmbito governamental estabelecem parâmetros que orientam a organização escolar, influenciando o trabalho dos profissionais envolvidos. Pereira (2018) argumenta que a atuação psicopedagógica no contexto institucional depende de políticas consistentes que garantam condições adequadas de intervenção e acompanhamento.

A construção de políticas educacionais inclusivas demanda uma compreensão aprofundada das singularidades dos sujeitos que compõem o espaço escolar. A diversidade presente nas salas de aula desafia modelos homogêneos de ensino, exigindo abordagens que considerem diferentes ritmos e formas de aprender. Azevedo et al. (2025) enfatizam a importância do reconhecimento das múltiplas formas de saber e existir como fundamento para práticas educacionais mais equitativas.

A psicopedagogia institucional contribui para a leitura crítica das políticas públicas ao identificar lacunas entre o que é proposto normativamente e o que se concretiza na prática. Essa análise permite a elaboração de estratégias que aproximem os discursos oficiais das

necessidades reais da comunidade escolar. Souza (2015) ressalta que a intervenção psicopedagógica institucional deve estar alinhada às políticas vigentes, sem perder de vista a realidade concreta dos sujeitos envolvidos.

A implementação de políticas educacionais requer processos formativos contínuos que capacitem os profissionais da educação para lidar com os desafios contemporâneos. A formação docente, nesse sentido, constitui elemento central para a efetivação de propostas pedagógicas inovadoras. Lima et al. (2023) evidenciam que a articulação entre neurociências e educação oferece subsídios importantes para a compreensão dos processos cognitivos envolvidos na aprendizagem.

A presença da tecnologia nas políticas públicas educacionais redefine o papel da psicopedagogia institucional, ampliando suas possibilidades de intervenção. A incorporação de recursos digitais nas práticas pedagógicas exige novas competências por parte dos educadores e dos psicopedagogos. Ischkanian et al. (2026) destacam que as tecnologias digitais emergentes permitem a personalização do ensino e a promoção de práticas inclusivas, contribuindo para a democratização do acesso ao conhecimento.

A análise das políticas públicas sob a ótica psicopedagógica implica considerar os aspectos emocionais e afetivos que permeiam o processo educativo. A aprendizagem não se restringe a dimensões cognitivas, sendo profundamente influenciada pelas experiências subjetivas dos estudantes. Damásio (1994) argumenta que emoção e razão constituem dimensões indissociáveis no funcionamento do cérebro humano, o que reforça a necessidade de abordagens integradas na educação.

A atuação psicopedagógica institucional também se relaciona com a avaliação das políticas educacionais, contribuindo para a identificação de seus impactos no cotidiano escolar. A análise dos resultados obtidos permite ajustes que favoreçam a melhoria da qualidade do ensino. Creswell (2021) destaca a importância de métodos de pesquisa rigorosos para a avaliação de políticas públicas, possibilitando a produção de evidências consistentes.

A interdisciplinaridade emerge como princípio fundamental na articulação entre psicopedagogia e políticas públicas educacionais. A complexidade dos fenômenos educacionais exige a integração de diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma compreensão mais abrangente das questões envolvidas. Carrara (2004) ressalta que a psicologia da educação oferece múltiplas abordagens que enriquecem a análise dos processos de ensino e aprendizagem.

A construção de práticas pedagógicas alinhadas às políticas públicas demanda uma postura crítica por parte dos profissionais da educação. A reflexão constante sobre as ações desenvolvidas possibilita a identificação de limites e potencialidades das propostas

implementadas. Haas e Carvalho (2019) evidenciam que o psicopedagogo atua como mediador entre as demandas institucionais e as necessidades dos estudantes, contribuindo para a construção de ambientes de aprendizagem mais significativos.

A psicopedagogia institucional, ao dialogar com políticas públicas, também contribui para a promoção da equidade educacional. A redução das desigualdades no acesso e na permanência na escola constitui um dos principais desafios das sociedades contemporâneas. Azevedo et al. (2025) defendem que práticas pedagógicas inclusivas devem ser orientadas por princípios que valorizem a diversidade e combatam processos de exclusão.

A análise crítica das políticas educacionais permite identificar contradições que comprometem sua efetividade. Muitas vezes, propostas inovadoras são limitadas por condições estruturais inadequadas ou por falta de formação dos profissionais envolvidos. Fávero e Centenaro (2019) apontam que a pesquisa documental constitui ferramenta importante para a análise das políticas públicas, permitindo compreender seus fundamentos e implicações.

A psicopedagogia institucional contribui para a construção de ambientes de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes. A consideração das dimensões cognitivas, emocionais e sociais possibilita uma abordagem mais completa do processo educativo. Wallon (2001) destaca a importância da integração entre afetividade e inteligência no desenvolvimento infantil, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que contemplem essa relação.

A implementação de políticas públicas educacionais exige a participação ativa da comunidade escolar, incluindo gestores, professores, estudantes e famílias. A construção coletiva de propostas pedagógicas fortalece o compromisso com a qualidade da educação. Coll, Mauri e Onrubia (2008) ressaltam que a construção compartilhada do conhecimento é potencializada pelo uso das tecnologias da informação e comunicação.

A psicopedagogia institucional desempenha papel fundamental na mediação de conflitos que emergem no contexto escolar. As tensões decorrentes das diferenças individuais e das demandas institucionais exigem intervenções qualificadas que promovam o diálogo e a cooperação. Visca (1987) propõe a epistemologia convergente como abordagem que integra diferentes perspectivas na compreensão dos processos de aprendizagem.

A articulação entre políticas públicas e práticas psicopedagógicas também envolve a análise das metodologias de ensino adotadas nas instituições escolares. A escolha de estratégias pedagógicas adequadas influencia diretamente o desempenho dos estudantes. Bender (2014) destaca que a aprendizagem baseada em projetos favorece o desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI.

A utilização de metodologias ativas, incentivadas por políticas educacionais contemporâneas, amplia as possibilidades de intervenção psicopedagógica. A participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem contribui para a construção de conhecimentos significativos. Bergmann e Sams (2012) apresentam a sala de aula invertida como estratégia que potencializa o engajamento dos alunos.

A psicopedagogia institucional também se relaciona com a avaliação da aprendizagem, contribuindo para a construção de instrumentos que considerem a diversidade dos estudantes. A avaliação formativa permite o acompanhamento contínuo do processo educativo, favorecendo intervenções mais precisas. Pain (1985) destaca que o diagnóstico das dificuldades de aprendizagem deve considerar múltiplos fatores, evitando reducionismos.

A análise das políticas públicas educacionais exige a consideração de contextos históricos e sociais que influenciam sua formulação e implementação. As transformações sociais impactam diretamente as demandas educacionais, exigindo adaptações constantes. Narciso e Santana (2025) defendem a necessidade de revisão crítica das metodologias educacionais, propondo novos caminhos para a educação contemporânea.

A psicopedagogia institucional contribui para a promoção de práticas pedagógicas que valorizem a autonomia dos estudantes. O desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender constitui objetivo central das políticas educacionais atuais. Vygotsky (2007) destaca a importância da mediação social no processo de aprendizagem, enfatizando o papel do outro na construção do conhecimento.

A integração entre psicopedagogia e políticas públicas também envolve a utilização de tecnologias educacionais como ferramentas de inovação pedagógica. A incorporação de recursos digitais amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento. Ischkanian et al. (2022) apontam que a tecnologia na educação oferece um portfólio de ideias inspiradoras para a inovação das práticas pedagógicas.

A atuação psicopedagógica institucional deve considerar as especificidades de cada contexto escolar, evitando a aplicação de soluções padronizadas. A singularidade das instituições exige intervenções contextualizadas que atendam às necessidades locais. Silva (2014) destaca que a psicopedagogia no ensino superior enfrenta desafios específicos que demandam abordagens diferenciadas.

A análise do impacto das políticas públicas educacionais requer a utilização de metodologias de pesquisa que permitam a compreensão dos fenômenos em sua complexidade. A produção de conhecimento científico contribui para a melhoria das práticas educacionais. Galvão e Ricarte (2019) enfatizam a importância da revisão sistemática da literatura na consolidação de evidências científicas.

A psicopedagogia institucional, ao dialogar com as políticas públicas, contribui para a construção de uma educação mais justa e inclusiva. A reflexão crítica sobre as práticas educacionais possibilita a identificação de caminhos que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes. Oliveira (2017) ressalta que a psicopedagogia oferece contribuições significativas para a compreensão dos desafios educacionais contemporâneos.

A articulação entre políticas públicas e práticas psicopedagógicas evidencia a necessidade de uma abordagem integrada que considere múltiplas dimensões do processo educativo. A complexidade da educação exige respostas que ultrapassem soluções simplistas, promovendo transformações significativas no contexto escolar. Essa perspectiva reafirma a importância da psicopedagogia institucional como campo de conhecimento comprometido com a construção de uma educação de qualidade, fundamentada em princípios éticos, científicos e sociais.

2.10. PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E A INTERVENÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

A psicopedagogia institucional no ensino superior emerge como um campo de investigação e intervenção que problematiza as relações entre aprendizagem, subjetividade e organização acadêmica. A compreensão desse campo exige a consideração de sua historicidade e de seus fundamentos epistemológicos, conforme aponta Bossa (2000), ao destacar que a psicopedagogia se constitui na intersecção entre diferentes saberes que buscam compreender o aprender humano em contextos complexos. Nesse cenário, a universidade passa a ser concebida como espaço de múltiplas mediações, onde dificuldades de aprendizagem não podem ser reduzidas a déficits individuais, mas devem ser interpretadas à luz de dinâmicas institucionais, culturais e pedagógicas.

A expansão do acesso ao ensino superior intensificou a heterogeneidade do público discente, trazendo novos desafios para a permanência e o sucesso acadêmico. Estudos de Oliveira (2017) indicam que a diversidade de trajetórias escolares, condições socioeconômicas e repertórios culturais impacta diretamente os processos de aprendizagem universitária. Essa realidade demanda intervenções psicopedagógicas que ultrapassem abordagens normativas, exigindo uma escuta sensível às singularidades e uma análise crítica das práticas pedagógicas instituídas.

A atuação psicopedagógica institucional, nesse contexto, não se restringe ao atendimento individual, mas se articula com políticas acadêmicas e estratégias coletivas de ensino. Souza (2015) enfatiza que a intervenção no ensino superior deve considerar o funcionamento global da instituição, incluindo currículo, avaliação e relações docentes. Tal

perspectiva desloca o foco da intervenção para uma abordagem sistêmica, capaz de identificar entraves estruturais que afetam o desempenho discente.

A compreensão da aprendizagem como processo social e mediado encontra respaldo na teoria histórico-cultural de Vygotsky (2007), que destaca o papel das interações na construção do conhecimento. Essa concepção amplia o escopo da psicopedagogia institucional ao reconhecer que dificuldades acadêmicas podem estar relacionadas à ausência de mediações adequadas no ambiente universitário. A intervenção, nesse sentido, passa a envolver a criação de condições pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento potencial dos estudantes.

A dimensão afetiva da aprendizagem também assume relevância no ensino superior, especialmente diante de contextos marcados por ansiedade, insegurança e pressão por desempenho. Wallon (2001) argumenta que emoção e cognição constituem dimensões indissociáveis do desenvolvimento humano, o que implica considerar o impacto das experiências emocionais na trajetória acadêmica. A psicopedagogia institucional, ao integrar essa perspectiva, contribui para a construção de ambientes mais acolhedores e propícios à aprendizagem significativa.

A análise das dificuldades de aprendizagem no ensino superior requer uma abordagem que considere múltiplas determinações. Pain (1985) propõe uma leitura que articula fatores cognitivos, afetivos e sociais, evitando reducionismos explicativos. Essa abordagem converge com a atuação psicopedagógica institucional, que busca compreender o estudante em sua totalidade, inserido em um contexto acadêmico específico.

A formação docente constitui um elemento central na efetividade das intervenções psicopedagógicas. Lima (2016) aponta que muitos professores universitários carecem de formação pedagógica, o que pode dificultar a identificação e o manejo de dificuldades de aprendizagem. A psicopedagogia institucional, ao dialogar com a formação docente, contribui para a construção de práticas mais inclusivas e reflexivas.

As metodologias ativas de aprendizagem têm sido apontadas como estratégias promissoras para enfrentar desafios no ensino superior. Bender (2014) destaca que a aprendizagem baseada em projetos favorece o engajamento e a autonomia dos estudantes, promovendo experiências significativas. A psicopedagogia institucional pode atuar na implementação dessas metodologias, garantindo que sejam adaptadas às necessidades dos diferentes perfis discentes.

A incorporação de tecnologias digitais amplia as possibilidades de intervenção psicopedagógica no contexto universitário. Coll, Mauri e Onrubia (2008) ressaltam que as tecnologias da informação e comunicação podem favorecer a construção compartilhada do

conhecimento. Essa potencialidade exige uma mediação qualificada, capaz de integrar recursos tecnológicos às práticas pedagógicas de forma crítica e intencional.

A personalização do ensino, impulsionada por tecnologias emergentes, representa um campo fértil para a atuação psicopedagógica. Ischkanian et al. (2026) discutem o uso da inteligência artificial na adaptação de processos avaliativos e no acompanhamento da aprendizagem. Essa abordagem permite identificar dificuldades de forma mais precisa, possibilitando intervenções mais eficazes.

A avaliação da aprendizagem no ensino superior constitui um dos principais focos de tensão entre estudantes e instituições. Cabral e Raimundo (2023) problematizam modelos avaliativos tradicionais, que muitas vezes privilegiam a memorização em detrimento da compreensão. A psicopedagogia institucional pode contribuir para a reformulação desses modelos, promovendo avaliações mais formativas e inclusivas.

A relação entre cognição e emoção, explorada por Damásio (1994), oferece subsídios importantes para a compreensão das dificuldades acadêmicas. O autor demonstra que processos decisórios e aprendizagem estão profundamente ligados a estados emocionais. Essa perspectiva reforça a necessidade de intervenções que considerem o estudante em sua dimensão integral.

A diversidade de formas de aprender desafia concepções homogêneas de ensino. Azevedo et al. (2025) defendem o reconhecimento das múltiplas formas de saber e existir como princípio fundamental para a construção de práticas educativas inclusivas. A psicopedagogia institucional, ao incorporar essa visão, contribui para a valorização das singularidades no contexto universitário.

A análise crítica dos instrumentos de avaliação cognitiva também se faz necessária. Belchior et al. (2025) discutem as limitações do quociente de inteligência como indicador de capacidade, ressaltando a complexidade dos processos cognitivos. Essa crítica reforça a importância de abordagens psicopedagógicas que considerem diferentes dimensões da aprendizagem.

A utilização de portfólios educacionais como ferramenta avaliativa representa uma alternativa inovadora no ensino superior. Ischkanian et al. (2022) destacam que essa metodologia permite acompanhar o desenvolvimento do estudante ao longo do tempo. A psicopedagogia institucional pode mediar a implementação dessa prática, garantindo sua efetividade.

A integração entre neurociência e educação tem contribuído para a compreensão dos processos de aprendizagem. Lima et al. (2023) apontam que conhecimentos sobre o funcionamento cerebral podem orientar práticas pedagógicas mais eficazes. A psicopedagogia institucional se beneficia dessa interlocução, ampliando suas bases teóricas.

A construção do conhecimento em ambientes colaborativos constitui uma tendência crescente no ensino superior. Azevedo et al. (2025) enfatizam o potencial dos espaços maker para o desenvolvimento de projetos colaborativos. A psicopedagogia institucional pode atuar na mediação desses espaços, promovendo a inclusão e o engajamento.

A gamificação surge como estratégia para aumentar a motivação dos estudantes. Kapp (2012) argumenta que elementos de jogos podem ser incorporados ao ensino para tornar a aprendizagem mais envolvente. A psicopedagogia institucional pode orientar o uso dessa abordagem, garantindo sua adequação pedagógica.

A sala de aula invertida representa uma mudança significativa na organização do ensino. Bergmann e Sams (2012) defendem que essa metodologia permite maior interação durante o tempo presencial. A psicopedagogia institucional pode contribuir para a adaptação dos estudantes a esse modelo.

A pesquisa documental constitui uma importante ferramenta para a análise de políticas e práticas educacionais. Fávero e Centenaro (2019) destacam suas potencialidades na investigação de contextos institucionais. A psicopedagogia institucional pode utilizar essa metodologia para fundamentar suas intervenções.

A revisão sistemática da literatura oferece subsídios para a construção de conhecimento científico. Galvão e Ricarte (2019) apontam sua relevância na síntese de evidências. A psicopedagogia institucional se beneficia dessa abordagem para aprimorar suas práticas.

A epistemologia convergente de Visca (1987) propõe uma integração de diferentes perspectivas na compreensão da aprendizagem. Essa abordagem dialoga diretamente com a psicopedagogia institucional, que se caracteriza por sua natureza interdisciplinar. A intervenção no ensino superior ganha profundidade a partir dessa integração.

A formação social da mente, discutida por Vygotsky (2007), reforça a importância do contexto na aprendizagem. A psicopedagogia institucional, ao considerar essa dimensão, amplia sua capacidade de intervenção. O ensino superior passa a ser analisado como espaço de construção coletiva do conhecimento.

A atuação do psicopedagogo na instituição universitária exige uma postura investigativa e reflexiva. Haas e Carvalho (2019) destacam a importância de compreender as dinâmicas escolares para uma intervenção eficaz. No ensino superior, essa atuação se complexifica, demandando articulação com diferentes setores.

A psicopedagogia institucional no ensino superior configura-se, portanto, como campo estratégico para a promoção da aprendizagem e da inclusão. A articulação entre teoria e prática, aliada à análise crítica das estruturas institucionais, possibilita intervenções mais consistentes.

A universidade, nesse horizonte, transforma-se em espaço de construção de saberes que reconhecem a complexidade do aprender humano.

3. CONCLUSÃO

A psicopedagogia institucional, ao longo das últimas décadas, consolidou-se como um campo essencial para a compreensão e o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem no ensino superior e em outros níveis educacionais. Sua atuação ultrapassa perspectivas reducionistas, permitindo uma leitura ampliada dos fenômenos educacionais que considera o sujeito em sua complexidade, inserido em contextos históricos, sociais e culturais dinâmicos. Esse olhar abrangente fortalece práticas mais humanas e comprometidas com a transformação educacional.

No cenário contemporâneo, marcado por intensas mudanças tecnológicas, sociais e cognitivas, a intervenção psicopedagógica institucional revela-se ainda mais necessária. A diversidade de perfis estudantis exige abordagens flexíveis e sensíveis, capazes de reconhecer diferentes ritmos, estilos e trajetórias de aprendizagem. Tal reconhecimento contribui para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos, nos quais cada estudante encontra condições reais para desenvolver seu potencial.

A articulação entre psicopedagogia e práticas pedagógicas inovadoras demonstra um caminho promissor para a superação de dificuldades educacionais. Metodologias ativas, uso crítico de tecnologias digitais e estratégias colaborativas ampliam as possibilidades de engajamento e aprendizagem significativa. A presença do psicopedagogo institucional nesse processo assegura que tais práticas não sejam aplicadas de forma superficial, mas alinhadas às necessidades reais dos sujeitos envolvidos.

A compreensão da aprendizagem como um processo integrado, que envolve dimensões cognitivas, emocionais e sociais, fortalece intervenções mais eficazes e duradouras. Ao reconhecer a importância das emoções no processo educativo, a psicopedagogia institucional contribui para a criação de espaços mais acolhedores e menos excludentes. Esse enfoque favorece não apenas o desempenho acadêmico, mas também o desenvolvimento integral dos estudantes.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel formativo das instituições de ensino, que passam a ser compreendidas como espaços de construção de sentido e identidade. A atuação psicopedagógica contribui para ressignificar práticas cristalizadas, promovendo uma cultura institucional mais aberta à escuta, à reflexão e à inovação. Esse movimento fortalece a autonomia dos estudantes e amplia suas possibilidades de participação ativa no processo educativo.

A intervenção psicopedagógica também se destaca por sua capacidade de atuar preventivamente, identificando dificuldades antes que se consolidem em barreiras significativas. Essa perspectiva preventiva reduz índices de evasão, melhora o desempenho acadêmico e fortalece vínculos institucionais. A antecipação de desafios permite uma atuação mais estratégica, orientada por diagnósticos consistentes e intervenções contextualizadas.

A integração entre diferentes áreas do conhecimento representa um dos maiores potenciais da psicopedagogia institucional no século XXI. O diálogo com campos como a neurociência, a tecnologia educacional e a psicologia amplia as possibilidades de compreensão dos processos de aprendizagem. Essa interdisciplinaridade fortalece práticas mais fundamentadas e inovadoras, capazes de responder às demandas contemporâneas da educação.

A consolidação de uma cultura institucional voltada para a inclusão e a aprendizagem significativa depende do comprometimento coletivo dos atores educacionais. A psicopedagogia institucional atua como mediadora nesse processo, promovendo diálogos entre estudantes, docentes e gestores. Essa mediação contribui para a construção de uma educação mais equitativa, na qual as diferenças são reconhecidas como potencialidades e não como limitações.

A psicopedagogia institucional reafirma sua relevância como instrumento de transformação educacional no século XXI. Sua atuação possibilita a construção de práticas mais sensíveis, reflexivas e eficazes no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem. O horizonte que se projeta é o de uma educação mais justa, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento pleno de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; PAIXÃO, Marizuza Ribeiro; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **O uso de tecnologias digitais para potencializar projetos colaborativos no espaço maker**. Clube de Autores, Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/916678852/o-Uso-de-Tecnologias-Digitais-Para-Potencializar-Projetos-Colaborativos-No-Espaco-Maker. Acesso em: 14 abr. 2026.

AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Educação e reconhecimento das múltiplas formas de saber e existir**. Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.calameo.com/books/007278111bb693e5562d5. Acesso em: 13 abr. 2026.

BELCHIOR, Idenis Glória; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; VENDITTE, Neusa; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **A inteligência medida: limitações e potencial do (QI) como indicador de capacidade cognitiva**. Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.calameo.com/books/00727811199964c9e4a8c. Acesso em: 14 abr. 2026.

BENDER, William. **Project-Based Learning: Differentiating Instruction for the 21st Century.** Thousand Oaks: Corwin Press, 2014.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Flip Your Classroom: Reach Every Student in Every Class Every Day.** Washington: ISTE, 2012.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da clínica.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; VIEIRA, Nívea Maria Costa; CARVALHO, Silvana Nascimento de; VENDITTE, Neusa. **Passo a passo para implementar o método fônico em sala de aula**. Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/914733489/Artigo-Passo-a-Passo-Para-Implementar-o-Metodo-Fonico-Em-Sala-de-Aula. Acesso em: 14 abr. 2026.

CABRAL, Gladys. Nogueira. **Escola School 21: uma proposta pedagógica diferente.** Revista Latino-Americana de Estudos Científicos , v. 03, p. 1/17-17, 2022.

CABRAL, G. N. ; RAIMUNDO, J.S:B. (Org.) . **Psicologia, Tecnologia e Educação: Novas Perspectivas.** 2. ed. Alegrete, RS: TERRIED, 2023. v. 2. 192p .

CABRAL, G. N. ; RAIMUNDO, J.S:B. (Org.) . **Psicologia, Tecnologia e Educação: Reflexões Contemporâneas.** 3. ed. Alegrete, RS: TERRIED, 2023. v. 3. 242p

CABRAL, G. N. ; RAIMUNDO, J.S:B. (Org.) . **Psicologia, Tecnologia e Educação: Contribuições Gerais.** 1. ed. Alegrete, RS: TERRIED, 2023. v. 1. 181p

CARRARA, K. **Introdução à Psicologia da Educação: Seis Abordagens.** Marília: Unesp, AVERCAMP, 2004.
COLL, C.; MAURI, T.; ONRUBIA, J. O. **A construção compartilhada do conhecimento e as contribuições das tecnologias da informação e da comunicação**. Psicologia da Educação, São Paulo, n. 27, p. 119-138, 2008.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DAMÁSIO, A. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

FERREIRA, Juliana Balta; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento; SANTOS, Cíntia Aparecida Nogueira dos; MONTEIRO, Genilde do Nascimento Alves; GÓIS, José Fernandes. **Como os contos de fadas refletem arquétipos, medos e desejos do inconsciente humano**. Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://pt.slideshare.net/slideshow/como-os-contos-de-fadas-refletem-arquetipos_medos-e-desejos-do-inconsciente-humano-pdf/282299034?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 14 abr. 2026.

FERREIRA, Juliana Balta; ISCHKANIAN, Simone; CABRAL, Gladys; ISCHKANIAN, Sandro; SANTOS, Cíntia Aparecida Nogueira dos; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **Espelho da alma: A psicologia por trás dos contos de fadas – Ampliando a visão do Eu, do Outro e do Nós na experiência simbólica dos contos.** Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143324969/ESPELHOS_DA_ALMA_A_PSICOLOGIA_POR_TR%C3%81S_DOS_CONTOS_DE_FADAS. Acesso em: 13 abr. 2026.

FILHO, Paulo Henrique; HANSEL, Tiago Fernando; REIS, João Paulo Carneiro dos; SILVA, Silvana Pirinetti da; GONTIJO, Fabrícia Ribeiro; DIAS, Valquíria Rodrigues; SILVA, Ana Maria da; XAVIER, Lidiane da Silva; SCHON, Gislaine; SILVA, Daiane Cristina da. **Potencializando a educação: aplicações das neurociências em sala de aula**. In: LIMA, Cristiane Pereira *et al.* **Neurociências e educação: um caminho possível**. 1. ed. São Paulo: EBPCA – Editora Brasileira de Publicação Científica Aluz, 2023. p. 27-. DOI: 10.51473/ed.al.nee2.

FILHO, Paulo Henrique; MARAVALHAS, Ana Lúcia Gomes; HANSEL, Tiago Fernando; SANTANA, Maria Zélia de; ECCARD, Ana Flávia Costa; RODRIGUES, Sibele Silva Leal; FREITAS, Cristiane Maria de Jesus; CAMPOS, Simone Batista; OLIVEIRA, Sueli Aparecida Correia de. **Integração cognitiva: a ponte entre neurociências e educação**. In: LIMA, Cristiane Pereira *et al.* **Neurociências e educação: um caminho possível**. 1. ed. São Paulo: EBPCA – Editora Brasileira de Publicação Científica Aluz, 2023. p. 11-. DOI: 10.51473/ed.al.nee1.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

HAAS, C. S.; CARVALHO, M. A. **A atuação do psicopedagogo na escola.** *Psicopedagogia*. Rev. Psicopedagogia, v. 36, n. 111, p. 9-18, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862019000400009&script=sci_arttext. Acesso em: 13 abr. 2026.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; VIANA, Fabiane Bandeira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; BELCHIOR, Idênis Glória. **Inteligência artificial e tecnologias digitais emergentes aplicadas à personalização do ensino, avaliação adaptativa e promoção da aprendizagem inclusiva**. Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://www.calameo.com/books/0072781118f8ae2004982. Acesso em: 14 abr. 2026.

ISCHKANIAN, S. H. D.; CABRAL, G. N.; BRAGA, R. D. O.; SILVA, T. A.; ISCHKANIAN, S. G. **Robótica Sustentável: Da Reciclagem à Educação Tecnológica do Futuro para Preservação do Meio**. In: Hérika Cristina Oliveira da Costa, Deivid Alex dos Santos. (Org.). Desafios da educação : a importância da tecnologia e inclusão na prática. 1ed.Itapiranga, SC: Schreiben, 2022, v. 1, p. 128-137.

ISCHKANIAN, S. H. D.; CABRAL, G. N.; SILVA, D. R ; DUQUE, R. C. S.; LIMA, A. A. . **Método de Portfólios Educacionais: como ferramenta metodológica e avaliativa na educação superior**. In: Gabriele de Oliveira dos Santos Anchieta, Hérika Cristina Oliveira da Costa. (Org.). Educação e Reflexão: contribuições na docência, tecnologia e na inclusão. 1ed.Itapiranga, SC: Editora Schreiben, 2022, v. 1, p. 7-15.

ISCHKANIAN, S. H. D.; CABRAL, G. N.; OLDILON, J. S.; RONQUE, W. D. S.; SOUZA, I. O. **Tecnologia na Educação: portfólio de ideias inspitadoras para inovar as aulas do ambiente escolar e psicopedagógico.** In: Gabrielle de Oliveira dos Santos Anchieta, Hérika Cristina Oliveira da Costa. (Org.). Educação e Reflexão: contribuições na docência, tecnologia e na inclusão. 1ed.Itapitanga, SC: Editora Schreiben, 2022, v. 1, p. 25-34.

KAPP, Karl M. **The Gamification of Learning and Instruction: Game-based Methods and Strategies for Training and Education.** San Francisco: Pfeiffer, 2012.

LIMA, Cristiane Pereira; FILHO, Paulo Henrique; OLIVEIRA FILHO, Fernando Luiz Cas de; MARAVALHAS, Ana Lúcia Gomes; SOUSA, Maria Aparecida de Moura Amorim; OLIVEIRA, Eliédna Aparecida Rocha de; HANSEL, Tiago Fernando (org.). **Neurociências e educação: um caminho possível**. 1. ed. São Paulo: EBPCA – Editora Brasileira de Publicação Científica Aluz, 2023. 87 p. DOI: 10.51473/ed.al.nee.

LIMA, Cristiane Pereira; HANSEL, Tiago Fernando; SOUSA, Maria Aparecida de Moura Amorim; SANTIAGO, Karina de Azevedo; MONTALVÃO, Jusenir Batista; MUNIZ, Carla Andressa Santos; SOUZA, Elza Ribeiro de; CARMO, Rose Vania do; PEREIRA, Vilma de Araujo; SILVA, Maria do Carmo Ferreira dos Santos. **Neurociências aplicada na alfabetização: possibilidades de um ensino baseado em evidências**. In: LIMA, Cristiane Pereira *et al.* Neurociências e educação: um caminho possível. 1. ed. São Paulo: EBPCA – Editora Brasileira de Publicação Científica Aluz, 2023. p. 67-. DOI: 10.51473/ed.al.nee5.

LIMA, Cristiane Pereira; OLIVEIRA, Eliédna Aparecida Rocha de; HANSEL, Tiago Fernando; ANDRADE, Selmiléia Franciane de; ALVES, Andréia Cristiane Cuesta; MONTEIRO, Eduardo Lemes; PRYJMA, Leila Cleuri; OLIVEIRA, Valmir Xavier de; VIEIRA, Gabriel Felipe. **As contribuições da neurociência para a formação de professores**. In: LIMA, Cristiane Pereira *et al.* Neurociências e educação: um caminho possível. 1. ed. São Paulo: EBPCA – Editora Brasileira de Publicação Científica Aluz, 2023. p. 55-. DOI: 10.51473/ed.al.nee4.

LIMA, Maria Tereza. **Dificuldades de aprendizagem no ensino superior: uma análise crítica sobre a formação docente.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

OLIVEIRA FILHO, Fernando Luiz de; LIMA, Cristiane Pereira; HANSEL, Tiago Fernando; QUEIROZ, Patrícia Pereira N. de; SANTANA, Clarice Rodrigues; VALADARES, Raquel Rocha Drews; SILVA, Lucimara José Pereira de Souza; SOUSA, Vânia Sirilo de Rezende; PESSOA, Leidiane Machado. **Aprendizagem significativa e neurociências: conhecimento essencial para uma prática pedagógica eficaz**. In: LIMA, Cristiane Pereira *et al.* Neurociências e educação: um caminho possível. 1. ed. São Paulo: EBPCA – Editora Brasileira de Publicação Científica Aluz, 2023. p. 39-. DOI: 10.51473/ed.al.nee3.

OLIVEIRA, Marta C**. Psicopedagogia e educação superior: desafios e possibilidades.** São Paulo: Cortez, 2017.

PAGE, M. J et al. **The Prisma 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PAIN, S. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 1985.

PEREIRA, João Carlos. **Políticas educacionais e atuação psicopedagógica no ensino superior**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

SANTOS, Cíntia Aparecida Nogueira dos; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de. **Contos de fadas e o desenvolvimento integral da criança: emoções, imaginação, escrita e relações afetivas**. Clube de Autores, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/14333515/.... Acesso em: 13 abr. 2026.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

SILVA, Maria da Graça. **A psicopedagogia no ensino superior**: **práticas e intervenções.** São Paulo: Editora Universidade, 2014.

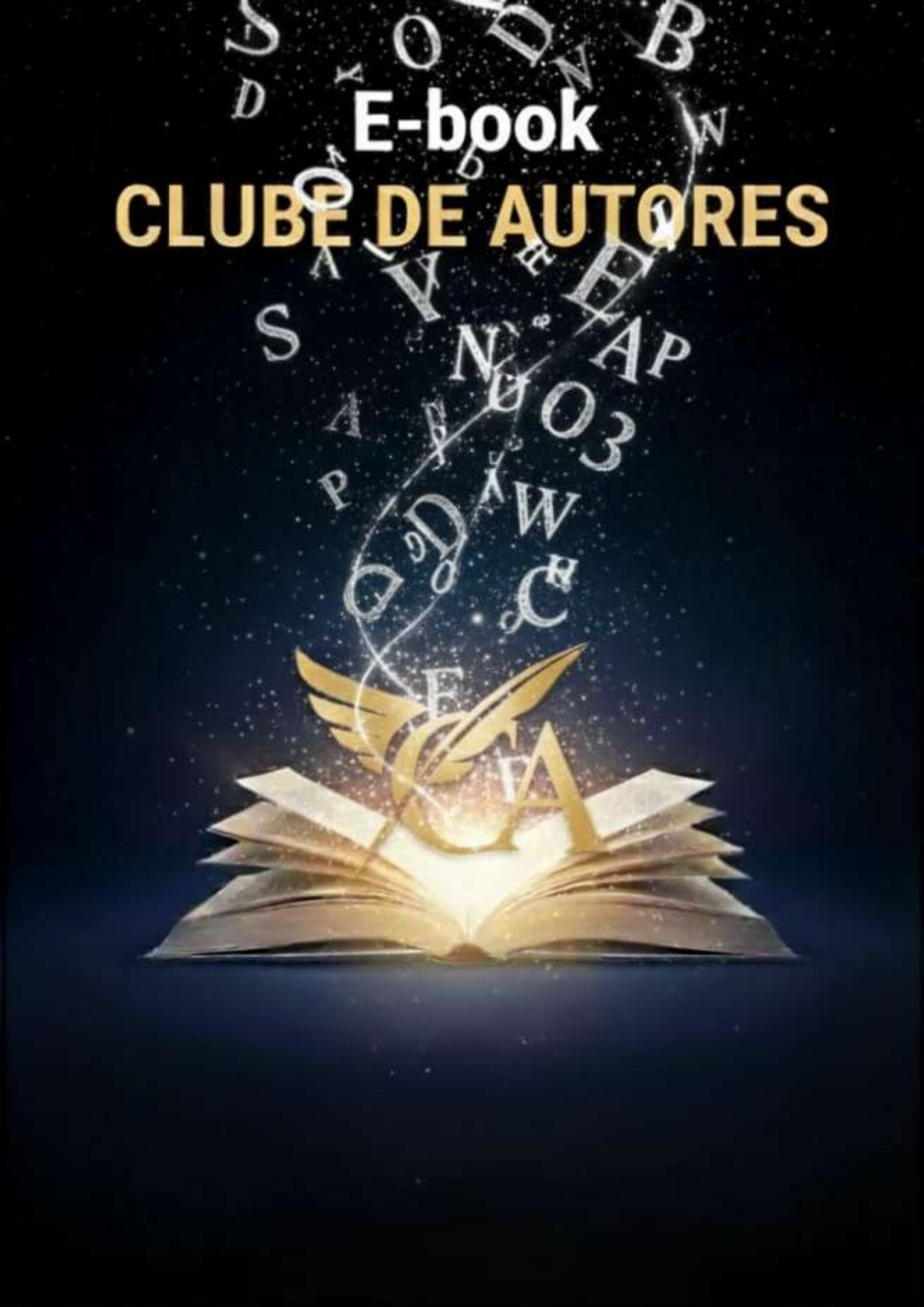
SOUZA, Denise Maria. **A psicopedagogia institucional no contexto universitário.** São Paulo: Editora Paulinas, 2015.

VISCA, J. **Epistemologia Convergente.** Buenos Aires: Lugar Editorial, 1987.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, Henri. **A psicologia e a criança**. 11. ed. Rio de Janeiro: Worsley, 2001.


E-book
CLUBE DE AUTORES